

IVANA MARIA FARIAS GOMES

**ACAMPAMENTO MANOEL ALVES RIBEIRO:
UMA SAÍDA PARA O DESEMPREGO?**

FLORIANÓPOLIS

2005

IVANA MARIA FARIAS GOMES

**ACAMPAMENTO MANOEL ALVES RIBEIRO:
UMA SAÍDA PARA O DESEMPREGO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação (área de concentração: Trabalho e Educação), sob a orientação da Professora Doutora Célia Regina Vendramini.

FLORIANÓPOLIS

DEZEMBRO, 2005

IVANA MARIA FARIAS GOMES

**ACAMPAMENTO MANOEL ALVES RIBEIRO: UMA SAÍDA PARA O
DESEMPREGO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação (área de concentração: Trabalho e Educação).

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Célia Regina Vendramini– Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª. Dr^ª. Sonia Aparecida Branco Beltrame
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Nazareno José de Campos
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª. Dr^ª. Terezinha Maria Cardoso - Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho ao meu filho Vitor, que me foi presenteado pela vida no decorrer do curso de mestrado, e que em meio a tantas turbulências e desafios que a vida colocou-me, ele foi meu consolo e minha razão para ultrapassar os inúmeros obstáculos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma maneira carinhosa de reconhecer e recordar aqueles que estiveram, de uma forma ou de outra, próximos nessa caminhada.

Agradeço à minha irmã pelo apoio, paciência e carinho no momento do nascimento do meu filho.

Quero agradecer em especial à minha amiga Klalter, que sempre esteve presente nos momentos de angústias, e contribuindo com suas sugestões na elaboração deste trabalho.

Aos amigos Claudia, Clarissa, Caubi, que auxiliaram-me com meu filho nos momentos mais difíceis. Uma lembrança especial a Natacha que apesar de distante sempre mostrou-se presente.

À amiga Leyli e seus familiares que me receberam em sua casa, também as amigas Klaiani, Alessandra, Cleide pela sua amizade.

Aos amigos Adriana e Jânio pela leitura cuidadosa do meu texto.

Agradeço as lideranças do MST e pessoas envolvidas no processo de formação do Acampamento pelas informações, pois sem as contribuições das mesmas não seria possível concretizar esta pesquisa.

Ao PRONERA e equipe de bolsistas, coordenadores e educadores do MST, que possibilitaram meus primeiros contatos com os acampamentos.

À Célia Regina Vendramini, orientadora e amiga, que nessa tarefa difícil de orientar me mostrou o compromisso na busca do conhecimento. Obrigado pela sua presença em meus momentos de angústia, pelo respeito com os meus limites.

Aos professores do mestrado, pelos momentos de aprendizagem e pela compreensão nos momentos delicados.

Aos colegas do mestrado, em especial, Alessandra e Moacir que foram solidários nos momentos de alegria, de angústia e de solidão, sentimentos que compartilhamos ao longo dessa pesquisa.

Agradeço também a todos que, de alguma forma, colaboraram – direta ou indiretamente – para que esse trabalho se tornasse possível.

Um dia a vida surgiu na Terra.
A terra tinha com a vida um cordão umbilical.
A vida e a terra.
A terra era grande e a vida pequena. Inicial.
A vida foi crescendo e a terra foi ficando menor, não pequena.
Cercada, a terra virou a coisa de alguém, não de todas, não comum.
Virou sorte de alguns e desgraça de tantos.
Na história foi tema de revoltas, revoluções, transformações.
A terra e a cerca. A terra e o grande proprietário.
A terra e o sem terra.
E a morte.

(Herbert de Souza)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de constituição do Acampamento Manoel Alves Ribeiro, ocorrido em 2002, no município de Palhoça, na Grande Florianópolis, considerando o contexto de vida e de trabalho nas periferias das grandes cidades, que provocou a ocupação de uma área na cidade e o posterior Acampamento. Um grupo de famílias oriundas das favelas de Frei Damião, no município de São José e Brejarú, no município de Palhoça, organizou-se junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para realizar a ocupação na BR -101. Penalizadas pelo desemprego, pela violência e pela falta de perspectivas de vida, estas famílias buscaram coletivamente uma possibilidade de superar as condições de miséria em que vivem. Para a realização da pesquisa, utilizou-se o levantamento bibliográfico e documental, além de entrevistas com representantes das principais entidades de apoio e de organização do Acampamento, incluindo lideranças do MST, de sindicatos urbanos e do movimento popular. Esta experiência, para o MST, foi inovadora e apresentou problemas de diversas naturezas, que o Movimento não estava acostumado a enfrentar na sua trajetória de luta, ao organizar trabalhadores que já vivem na cidade há muitos anos. Além disso, o Acampamento Manoel Alves Ribeiro revelou os grandes cinturões de pobreza que existem na grande Florianópolis, e o MST, como movimento social, apresentou-se como uma possibilidade de organizar os trabalhadores desempregados.

Palavras-Chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Acampamento; Desemprego.

ABSTRACT

This study has as purpose to analyse the process of accomplishment of the Acampamento Manoel Alves Ribeiro wich happened in 2002, in the city of Palhoça, next to the metropolitan region of Florianópolis, dealing with the way of life and the work in the outskirts of the big cities which caused the occupation of the land in the city and after it the building of the Acampamento. A group of families from a shantytown called Frei Damião, in the cities of São José and Brajarú, in Palhoça, organized with the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) to settle on BR-101. Without work, suffering with the violence and the weak perspective of future in their lifes, these families wanted to search a better possibility for them and to escape from the misery in which they lived. To accomplish this research it was used a great survey of books and documents, beyond interviews with the representatives of the main organizations that help and organize the Acampamento including MST's leaders, popular movements and urban unions. This experience, to MST, was new and had many problems from all kinds which the Movimento was not prepared to face in his history of fighting against the difficulties to organize workers that lived in the cities during a long time. Moreover, the Acampamento Manoel Alves Ribeiro reveals the big poverty (big poor areas) that exist in' the great metropolitan region of Florianópolis, and MST as a social movement present itself as a possibility to organize the unemployed workers.

Key words: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Acampamento; Unemployment.

LISTA DE SIGLAS

CAGED – Cadastro Geral de Empregados
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COHAB – Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
FURB – Universidade Regional de Blumenau
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPS – Instituto de Pesquisa Social
IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NESUR – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SINE – Sistema Nacional de Emprego
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEA – População Economicamente Ativa
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
UNICAMP – Universidade de Campinas

LISTA DE TABELAS

- TABELA 01** - Assentamentos do MST no Brasil – 2001
- TABELA 02** – Acampamentos do MST no Brasil – 2003
- TABELA 03** – Conflitos por terra em Santa Catarina no ano 2003
- TABELA 04** – Crescimento populacional - 1980 a 2000
- TABELA 05** – Áreas carentes de Florianópolis – 1992
- TABELA 06** – Atividades econômicas em que ocorreu redução no mercado
- TABELA 07** – Municípios mais populosos do estado de Santa Catarina
- TABELA 08** - População, renda per capita mensal, pessoas e famílias com renda insuficiente e pessoas pobres, segundo o meio urbano e rural, de Florianópolis - 2000
- TABELA 09** - Indicadores de saúde, educação e renda, IDH-M, de Florianópolis – 2000
- TABELA 10** - Domicílios totais e com acesso aos serviços públicos de água, esgoto, coleta de lixo, energia e telefone, de Florianópolis - 2000
- TABELA 11**- População, renda per capita mensal, pessoas e famílias com renda insuficiente e pessoas pobres, segundo o meio urbano e rural, de Palhoça-2000
- TABELA 12** - Indicadores de saúde, educação e renda, IDH-M, de Palhoça-2000
- TABELA 13**- Domicílios totais e com acesso aos serviços públicos de água, esgoto, coleta de lixo, energia e telefone, de Palhoça – 2000
- TABELA 14** - População, renda per capita mensal, pessoas e famílias com renda insuficiente e pessoas pobres, segundo o meio urbano e rural, São José-2000
- TABELA 15** - Indicadores de saúde, educação e renda, IDH-M, São José - 2000.
- TABELA 16**- Domicílios totais e com acesso aos serviços públicos de água, esgoto, coleta de lixo, energia e telefone, São José - 2000.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Número de Ocupações de Terras (1988-2003)

GRÁFICO 02 - Número de Famílias em Ocupações de Terras (1988-2003)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 OBJETIVOS.....	7
1.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	8
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	9
2 ORIGEM SOCIAL DO MST EM SANTA CATARINA.....	11
2.1 A RESISTÊNCIA DOS DESPOSSUÍDOS.....	12
2.2 A CONSTITUIÇÃO DO MST.....	19
2.3 A OCUPAÇÃO E O ACAMPAMENTO COMO FORMAS DE LUTA DO MST.....	22
2.4 O MST EM SANTA CATARINA.....	26
3 O MST NA CIDADE.....	36
3.1 COMPOSIÇÃO GEOGRÁFICA (SOCIAL) DOS FAVELADOS DOS MUNICIPIOS DE FLORIANÓPOLIS, PALHOÇA E SÃO JOSÉ.....	37
3.1.1 Características socioeconômicas dos municípios alvo da pesquisa: Florianópolis, Palhoça e São José.....	38
3.1.2 Características socioeconômicas do município de Palhoça.....	48
3.1.3 Características socioeconômicas do município de São José.....	51
3.2 O DESEMPREGO E A MISÉRIA.....	55
4 O ACAMPAMENTO MANOEL ALVES RIBEIRO.....	61
4.1 A CONSTITUIÇÃO DO ACAMPAMENTO.....	61
4.2 AS CRIANÇAS.....	72
4.3 A ORGANIZAÇÃO.....	75
4.4 O COTIDIANO.....	77
4.5 DISSOLVE-SE O ACAMPAMENTO.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	92

1 INTRODUÇÃO

*Aos Sonhos
(Ademar Bogo)*

É proibido sonhar quando a alma não quer sentir e nem sequer imaginar os passos que deve dar, teimando em se acomodar pra não ver a flor florir. Há sonhos que dão errado. Há sonhos de desespero. Há sonhos de pesadelos e, alguns de solidão. Há sonhos egoístas, fatalistas, entreguistas que alimentam a exploração. Os sonhos verdadeiros são coerentes, espalham em cada passo um bocado de sementes, para fazer o jardim do amanhecer. São os que movem as mãos e os braços, para oferecer o corpo, aos abraços de prazer. (...)

Esse poema, apresentado em partes ao longo dos capítulos, fez parte de uma mística realizada no Acampamento Manuel Alves Ribeiro, na inauguração da escola. Ele expressa o desejo de pessoas que se organizam coletivamente para materializar um sonho, quando decidem conquistar a terra para trabalho e negam viver em condições de miséria e violência a que estão expostas diariamente na favela.

Neste contexto, emerge um grupo de famílias que deseja alterar sua situação de vida e que vê no retorno ao espaço rural, por meio da luta do MST, uma forma possível de mudança. Porém a luta pela terra no Brasil atravessa décadas e continua a ser uns dos entraves sociais que está longe de chegar a uma solução.

Os problemas relacionados ao campo no Brasil tornam-se um fenômeno complexo, com a inserção do capitalismo no meio rural, que transformou o modo de produzir na agricultura e na vida dos trabalhadores. Segundo Martins (1991, p.14) “o capital, de distintas formas, nas diferentes regiões e nos diferentes ramos da produção agropecuária, pressiona

com intensidade crescente para extrair dos trabalhadores do campo cada vez mais os seus excedentes agrícolas ou o seu trabalho excedente”. Neste processo, observa-se a concentração da estrutura fundiária e a expropriação e exploração do trabalhador.

Estes problemas contribuíram de modo significativo para a instabilidade existente no campo. Neste contexto, os trabalhadores buscam a organização coletiva para sua reprodução. Pois, para atenuar os problemas da estrutura fundiária brasileira, torna-se necessário que se adotem medidas de caráter político e socioeconômico, o que não interessa aos grandes proprietários de terras e ao Estado classista, que claramente se posiciona a favor do capital.

Os trabalhadores, desta forma, organizam-se por meio de movimentos e organizações sociais e sindicais que historicamente têm marcado a luta pela terra no Brasil. Como exemplo mencionamos o Movimento de Canudos, no sertão da Bahia, nos anos de 1896 e 1897, as Ligas Camponesas, no nordeste brasileiro, nos anos 1950 e 1960, e a Guerra do Contestado, em 1912, no Estado de Santa Catarina. Segundo Fernandes (2001, p. 31), “para os trabalhadores expropriados, que são a maior parte, e vivem na miséria e lutando contra a fome, só lhes resta lutar para mudar esse destino”.

Atualmente, podemos mencionar o Movimento das Mulheres Camponesas, o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outros.

A mobilização dos trabalhadores decorre da necessidade criada pela expulsão e exploração dos mesmos no campo, que há décadas vem acontecendo. Essa situação social pode ser percebida através das condições de miséria em que se encontram milhares de trabalhadores rurais que buscam na cidade uma outra maneira de produzir a vida, ainda que na condição de exploração e subordinação ao capital.

Dessa forma, o trabalhador passa a perambular pelas cidades à procura de trabalho, porém não há trabalho para todos na sociedade capitalista, e muitos destes trabalhadores jamais encontrarão emprego.

Essa realidade pode ser observada quando emerge em Santa Catarina, no município de Palhoça, localizado próximo à capital Florianópolis, em julho de 2002, um acampamento formado por desempregados urbanos, entre eles, muitos já saíram do campo há mais de 10 anos, em busca de trabalho. Neste contexto, o presente estudo analisa o processo de formação e de dissolução do Acampamento Manoel Alves Ribeiro.

As condições de miséria em que os desempregados estão submetidos, vivendo com precariedade de infra-estrutura, sem trabalho e convivendo com a violência levam alguns a buscar uma outra alternativa de vida, por meio de um movimento social.

Viver em condições de miséria na favela é, sem sombra de dúvida, uma das formas mais perversas de sobrevivência de grande parcela da população brasileira. No entanto, esta situação é negada por um grupo de indivíduos que busca por meio de um movimento social organizado, alterar as condições de miséria em que vivem.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, é um movimento social e político que surge a partir da necessidade de organização dos trabalhadores rurais e que hoje, vem envolvendo também trabalhadores urbanos nas suas lutas de massa, através das mobilizações, grandes marchas, ocupações de prédios públicos, ocupações de terras e o enfrentamento com o Estado e com os latifundiários.

Neste contexto, o MST, como um movimento social que mobiliza e organiza os trabalhadores rurais, revela por meio de uma ocupação na BR-101 em Palhoça, as condições de vida dos trabalhadores favelados, em situação de miséria.

Sendo a cidade o destino da maioria das pessoas que deixam o campo em busca de trabalho, é possível observar os grandes cinturões de pobreza nos centros urbanos. Para

Pochmann (2004, p. 57), “os excluídos sociais, agora estão sediados nas grandes metrópoles, através dos baixos salários, por pressão do desemprego”.

Nesta pesquisa analisaremos o significado da experiência do Acampamento Manoel Alves Ribeiro (mapa 2) e as conseqüências que levaram as famílias das favelas Frei Damião em São José e Brejarú em Palhoça a buscar, por meio do MST, a organização de um acampamento nas margens da BR-101, próximo à capital do Estado.

Dessa forma, o MST se articula com sindicatos e outros movimentos urbanos para materializar uma possibilidade de transformar a realidade de miséria em que vivem as famílias na favela. A ocupação torna-se o início de um longo caminho que essas famílias percorrem para modificar as condições de miséria e violência em que se encontram.

Ocupando, é dessa forma que os trabalhadores sem-terra vêm a público, dimensionam o espaço de socialização política, intervindo na realidade, construindo o espaço de lutas e resistências, quando ocupam a terra ou acampam nas margens das rodovias. (FERNANDES, 2001, p. 56).

A ocupação revela uma realidade social na grande Florianópolis: a existência de cinturões de pobreza que se localizam principalmente nas periferias. Essa situação pode ser entendida pelas condições de miséria e violência que estas famílias estão expostas e pelas transformações no mundo do trabalho, ou seja, o crescente aumento do desemprego.

A escolha por este estudo deve-se ao fato da pesquisadora ter uma experiência com o projeto de educação voltado para jovens e adultos do MST. O projeto PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, teve sua primeira edição realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 2001. Dessa maneira, foi possível a aproximação com algumas lideranças do Movimento que posteriormente, participaram da organização do Acampamento Manoel Alves Ribeiro. Essa experiência possibilitou a aproximação também com o Acampamento.

O interesse em investigar o Acampamento torna-se relevante em função da trajetória do MST, na organização e mobilização de trabalhadores rurais ao organizar um acampamento com trabalhadores urbanos; essa ação acaba sendo uma prática nova que precisa ser refletida. Algumas questões nos mobilizaram: o que significa e o que expressa a constituição do Acampamento Manoel Alves Ribeiro num grande centro urbano? A proposta em organizar o Acampamento era chamar a atenção da opinião pública, como se referiu um dos organizadores? Quais as características que diferenciavam este Acampamento em relação aos outros organizados pelo MST? Os problemas de diversas naturezas que emergiram no

Acampamento foram uma experiência nova para o MST em lidar com essas questões? Quais as causas fundamentais da dissolução do Acampamento?

Portanto, a escolha deste tema se justifica, essencialmente, por refletir sobre uma nova ação do MST, tendo em vista que não há estudos sistematizados sobre acampamentos constituídos por famílias que vivem na favela das cidades. Podemos ainda refletir sobre a situação social de inúmeras famílias que vagueiam em busca de trabalho e que produzem sua própria existência de forma cada vez mais precária, instável, incerta e violenta.

1.1 OBJETIVOS

O **objetivo geral** da pesquisa é analisar a experiência do Acampamento Manoel Alves Ribeiro, ocorrido no município de Palhoça em 2002, na Grande Florianópolis – SC, considerando os motivos que levaram à constituição do mesmo e as possíveis causas de sua dispersão ou dissolução.

Os objetivos específicos são:

1. Analisar por que o MST, um movimento rural, estabelece elos com sujeitos urbanos na grande Florianópolis;
2. Identificar o perfil dos sujeitos que constituíram o Acampamento Manoel Alves Ribeiro, em Palhoça;
3. Evidenciar as possíveis razões que inviabilizaram a continuidade do Acampamento em Palhoça.

1.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

- **Levantamento Bibliográfico e Documental:** Buscamos levantar, selecionar e analisar a bibliografia referente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A avaliação dos textos e documentos sobre o MST provocou a busca por outras leituras a respeito da estrutura agrária brasileira.

Destacamos autores como Martins (1984), (1986), (1991), (2000) e Silva (1982) para uma compreensão mais geral do tema e Fernandes (2000), (2001) que relaciona a organização e mobilização dos trabalhadores rurais com o processo de expulsão e exploração dos trabalhadores rurais. Nesta direção, procuramos compreender a inserção do capitalismo no campo e suas conseqüências para os trabalhadores, com base em Oliveira (1999) e Stedile (1997).

Focando o estudo sobre o Acampamento Manoel Alves Ribeiro, fomos percebendo que seria importante investigar as causas que levaram à formação do Acampamento. Essa averiguação forçou-nos a acrescentar nesse estudo uma caracterização da Grande Florianópolis para compreendermos o significado da ocupação às margens da BR-101, em Palhoça.

Uma vez obtida esta caracterização, buscamos dados baseados na pesquisa do Instituto de Pesquisa Sociais da FURB, Instituto de Planejamento de Florianópolis - IPUF, e nas pesquisas de Herinque (1990), entre outros, entendemos necessário abordar a relação desemprego e miséria com Mattoso (1999) e Pochamnn (2004). Esse estudo contribui para a construção de um olhar mais amplo que contempla uma explicação sobre a formação do Acampamento com o apoio dos sindicatos e principalmente sob a organização do MST.

Na pesquisa documental, utilizamos o recurso *on line* para pesquisa de textos e dados consultando as páginas *web* de diversas organizações, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra, Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de

Reforma Agrária, Laboratório coordenado pelo Prof^o Bernardo Mananço Fernandes, entre outros sites.

Além da pesquisa bibliográfica e *on-line*, foram necessárias informações complementares sobre índices da população brasileira e de Florianópolis; para isso utilizamos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

- **Entrevistas:** Realizamos entrevistas em forma de depoimento para deixar as pessoas envolvidas na formação do Acampamento mais à vontade, pedimos que relatassem como foi o processo de construção do Acampamento Manoel Alves Ribeiro. Dessa forma, foram realizadas sete entrevistas: três com lideranças e mais um integrante do MST, uma com sindicalista e duas com pessoas do movimento popular urbano de Florianópolis, além de uma entrevista com uma pessoa que não estava envolvida no processo da construção do acampamento, mas que no entanto contribuiu com a aproximação entre o MST e sindicatos de trabalhadores urbanos na década de 1980.

Procuramos contemplar neste grupo de pessoas, a diversidade de informações e interpretações que cada entrevistado ou entidade envolvida na ocupação no município de Palhoça teve diante do que significou a construção do Acampamento.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No primeiro capítulo, intitulado *Origem Social do MST em Santa Catarina*, procuramos analisar as experiências de resistência dos despossuídos no campo, a constituição do MST, a importância da ocupação e do acampamento como forma de luta, além da experiência do MST em Santa Catarina. Esse capítulo aponta elementos que contribuem para reflexões sobre o conjunto de problemas referentes à questão agrária no contexto da lógica do capital.

No segundo capítulo, *O MST na Cidade*, apresentamos a caracterização social e econômica de Florianópolis, Palhoça e São José, através de pesquisas do Instituto de Pesquisas Sociais da FURB com o SINE/SC – 2000, e do Instituto de Planejamento de Florianópolis. Tecemos análise sobre os sujeitos oriundos do meio rural que vivem na cidade e se deparam com o desemprego, a miséria e a violência.

No terceiro capítulo, intitulado *O Acampamento Manoel Alves Ribeiro*, desenvolvemos uma análise sobre a constituição do Acampamento fundamentada nos depoimentos de lideranças e pessoas envolvidas no processo de formação do mesmo. Buscamos ressaltar outros aspectos, neste capítulo, que discorrem sobre a forma como se deu a ocupação, a organização política e o cotidiano do Acampamento, bem como as possíveis razões da dispersão do mesmo.

Nas *Considerações Finais*, buscamos fazer algumas reflexões sobre o significado da formação do Acampamento Manoel Alves Ribeiro e o que propiciou a sua dispersão. Temos consciência de que nesta pesquisa demos uma contribuição para o debate acerca do tema e compreendemos que o objeto de estudo é mais complexo do que foi possível analisar na pesquisa. Temos convicção de que os resultados a que chegamos apresentam limites e não pretendemos considerá-lo uma análise definitiva sobre o assunto.

2 ORIGEM SOCIAL DO MST EM SANTA CATARINA

(...) Sonhar que se está sozinho é ser nada. Os sonhos são a madrugada que espera o dia se fazer. Pesadelo não existe para quem sonha ao lado de alguém que também sonha. Que não se envergonha de sonhar com outro alguém, que busca o mesmo destino, como o menino que chama pela mãe. Sonhar é não querer ir só para um lugar melhor. É ver em cada olhar um pedaço do lugar onde descansa a esperança. Quem sonha sempre é criança; tem energia, tem alegria, tem confiança...(...)

As questões relacionadas ao campo brasileiro podem ser entendidas como um conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistências dos trabalhadores. Em diferentes momentos da história, essa questão apresentou-se com diversas características relacionadas aos estágios de desenvolvimento do capital.

Assim, os problemas ligados à questão agrária no Brasil estão relacionados, principalmente, à propriedade da terra, como concentração da estrutura fundiária, a expropriação e a expulsão dos trabalhadores do campo, características de uma sociedade mercantil capitalista.

No sentido de compreender as origens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST no contexto da questão agrária, e para tanto abordaremos neste capítulo alguns elementos que possam ajudar a entender a constituição de um movimento social que representa os interesses dos trabalhadores rurais; para isso, apresentaremos o contexto em que foi constituído o MST e a referência desta organização como um dos principais movimentos sociais na luta pela Reforma Agrária.

2.1 A RESISTÊNCIA DOS DESPOSSUÍDOS

O trabalhador rural ao sofrer as conseqüências provocadas pela inserção do capital no campo, como a perda do trabalho, de suas terras ou de sua capacidade de produção, busca saídas para a sua sobrevivência, sejam elas individuais ou coletivas.

Historicamente as mudanças na vida dos trabalhadores rurais iniciam-se no período em que a terra perdeu as características comunais, na Europa, e transformou-se em propriedade privada¹, gerou diversas conseqüências, como a expulsão dos trabalhadores do campo e a sua proletarização.

Na sociedade faz parte da existência do homem estar inserido no processo produtivo capitalista, na qual muitos constituem o que Marx chama de “exército industrial de reserva²”. O que configura essa busca pelo trabalho³ é a possibilidade de produzir as condições materiais de vida. Portanto, o trabalho é essencial para a sua subsistência, constitui-se como parte do ser humano. Marx e Engels (1996, p. 39), na Ideologia Alemã, afirmam:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.

¹Cabe ressaltar que o foco da pesquisa não é abordar a origem da propriedade privada, mas contextualizar que uma das conseqüências da propriedade privada tem-se o êxodo rural. Ver mais sobre a origem da propriedade privada em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, Friedrich Engels, 1981.

²Sobre isso, ver Marx, K e Engels, F., O manifesto comunista, 1998.

³ Para Marx, “o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-lo, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (1983, p. 149).

Com esta formulação, percebemos que a história da humanidade está relacionada com a existência das diferentes formas do homem produzir a sua existência. No modo de produção capitalista o trabalho assalariado se configura como mercadoria. Diferente de períodos anteriores, na sociedade capitalista, o trabalhador necessita vender sua força de trabalho para adquirir meios de produzir a sua subsistência, já que os meios de produção se tornaram propriedade privada. Na produção capitalista o trabalhador se vê subjugado à produção de mercadorias, resultado de um trabalho que não lhe pertence, mas pertence aos donos dos meios de produção. A propriedade privada torna-se, então, uma das características centrais da sociedade capitalista.

Na sociedade capitalista a terra configura-se como mercadoria⁴. A terra, além de ser fonte de vida, passa a ter valor como meio de produção, pois se torna uma propriedade privada que pode ser trocada no mercado. O camponês passou, então, a produzir não somente para o sustento da família, mas com fins também de comercializar seus produtos.

A inserção da empresa privada no campo, tendo como finalidade produzir rendimentos maiores implica diretamente em mudanças na forma de produzir e na vida do pequeno agricultor. Uma das alterações previstas pela sociedade burguesa é que grande parte da população deve vender sua força de trabalho.

Para tanto, a grande massa da população rural tinha que ser transformada de alguma forma, pelo menos em parte, em trabalhadores assalariados, com liberdade de movimento, para o crescente setor não agrícola da economia. (HOBSEBAWM, 2002, p. 210).

As alterações no modo de produção que estavam sendo impostas pelo desenvolvimento econômico capitalista em expansão, na Europa, no final do século XVIII e

⁴“A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção” (MARX, 1983, p. 45).

início do século XIX, provocam então uma mobilidade territorial dos camponeses, ou seja, estes migram em busca de um outro trabalho.

No campo concentrava-se a maioria da população, por conseguinte esse espaço detinha o maior número de trabalhadores. Com as transformações econômicas, inicia-se um processo de expropriação da terra.

Visando o aumento da produtividade na agricultura com vistas a atender as necessidades advindas da concentração populacional nas cidades e utilizado como argumento econômico, as terras passam por um processo de cercamento na Europa, no século XVIII, gerando excluídos do trabalho (THOMPSON, 1987).

Essa medida força o camponês a sair do campo e migrar para outras regiões, incluindo as áreas urbanas. O período caracterizado pelos cercamentos provocou a intensificação da emigração dos camponeses que deixaram suas terras.

A Leis dos Pobres de 1834 foi projetada para tornar as vidas tão intoleráveis para os pobres do campo que se vissem forçados a abandonar a terra em busca de qualquer emprego que lhes fosse oferecido (HOBSBAWM, 2002, p. 215).

Tendo em vista as condições de trabalho no campo, provocadas pela inserção do capital, o camponês por sua vez não tem condições de competir com o novo modo produtivo, comprometendo sua permanência no campo e assim inicia-se o processo que resulta o que hoje conhecemos como êxodo rural.

No Brasil a história da construção do espaço geográfico está intimamente ligada à luta pela posse da terra. Desde a colonização, quando os portugueses chegaram ao território brasileiro, apropriando-se das terras dos indígenas, começou um processo de expropriação e expulsão, pelos europeus, dos antigos habitantes que aqui viviam.

Assim, é possível perceber que a luta pela terra atravessa séculos e os conflitos gerados por ela ainda continuam presentes nos dias atuais. Esta reflexão histórica da construção do espaço desde a colonização até os dias de hoje, remete a pensar que a luta em

torno da terra é antiga e a sociedade contemporânea precisa romper com a estrutura agrária. Segundo Silva (1982), essa estrutura caracteriza-se por um elevado grau de concentração da propriedade da terra que se formou no espaço brasileiro.

A formação da propriedade da terra no Brasil sustenta-se na concentração da terra⁵, situação que vem se agravando nos dias de hoje, na forma do agronegócio, da produção para a exportação, da não geração de emprego no meio rural, do uso intensivo dos agrotóxicos e, inclusive, de sementes geneticamente modificadas.

A estrutura agrária que se estabeleceu no país impossibilitou ao trabalhador rural o acesso a terra, como também o expulsou do campo, em decorrência das relações que o capital ali introduziu. Conforme Martins:

O capital não promove apenas o aparecimento de um novo modo de produzir a riqueza; é também um novo modo de produzir a miséria. O capital não produz apenas os exploradores; produz também os explorados. Não produz apenas o farto, mas também o faminto (1984, p. 14).

Em conseqüência da relação contraditória do capital, que produz riqueza e miséria, emergem diversos conflitos⁶ no campo. Segundo Martins (1991, p. 31), “o nível de expropriação foi tão longe que acabou produzindo um fato político que é a resistência”. Diante dessa situação que se estabelece no campo, a resistência dos trabalhadores pode ser percebida por meio da constituição de diversos movimentos sociais.

Esses movimentos são marcados historicamente pela luta da terra⁷, como por exemplo Canudos (1870 – 1897), na Bahia, segundo Fernandes (2000, p. 29), “foi o maior exemplo de organização de resistência camponesa do Brasil”, a Guerra do Contestado (1912-1916), na região litígio entre Santa Catarina e Paraná e as Ligas Camponesas (1950 - 1960) em

⁵ Em 2003, somente 1.7% dos proprietários de terra controlavam 43.7% das terras, ou seja, quase metade das propriedades está nas mãos de menos de 2% dos proprietários (INCRA, 2003).

⁶ Em 2003, ocorreram 73 assassinados de trabalhadores no campo, entre os quais três trabalhadoras. Fonte: CPT – Conflitos no campo – Brasil. 2004.

⁷ A respeito das lutas sociais no campo ver: Fernandes, Bernardo Mançano. A formação camponesa na luta pela terra. In: Formação do MST no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2000; Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto, 1999.

Pernambuco, Trombas e Formosos, em 1950, no norte de Goiás; de 1954 a 1964 surgiu a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil; essa organização foi criada aos poucos em todos os Estados, com exceção do Rio Grande do Sul e de Pernambuco; também Movimento dos Agricultores Sem Terra, no Rio Grande do Sul, no mesmo período.

Mais recentemente, podemos mencionar o Movimento das Mulheres Agricultoras, Movimento dos Atingidos por Barragens e Movimento dos Pequenos Agricultores e, com representação mais expressiva, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os trabalhadores buscam no MST a conquista da terra para trabalho no interior de um projeto que visa alterar o cenário de miséria, de exploração e de expulsão do campo, situação produzida pela apropriação do capital. A organização e mobilização passaram a ser fundamental para a trajetória da luta dos trabalhadores.

Quando os trabalhadores questionam as relações de propriedade privada exploradora e compreendem que a solução dos problemas não depende, definitivamente, da conquista da terra, mas sim da alteração da estrutura fundiária e das estruturas sociais, então os seus interesses de classe situam-se no plano estrutural. Nesse sentido, os seus interesses não são apenas reivindicativos, em face da satisfação das necessidades imediatas, mas buscam articular-se com outras categorias, não só rurais, mas também urbanas e, até mesmo, com movimentos políticos classistas de outros países (VENDRAMINI, 2000, p. 2).

A luta histórica dos trabalhadores rurais adquire uma representação importante num contexto em que a terra se configura como o meio de produção para sua sobrevivência. Quando o trabalhador rural é impossibilitado da condição de não mais produzir, a mobilização e a organização associada a outras experiências de luta, torna-se um dos primeiros passos para transformar a realidade em que se encontra.

A organização dos trabalhadores é fundamental para que os mesmos possam se contrapor ao capital, que deixa à margem do sistema econômico as pessoas que já não são necessárias. A inserção do capital no Brasil configura-se com o processo da industrialização e também com as transformações no campo, modificando o seu modo de produção.

O desenvolvimento industrial acontece paralelo ao crescimento da população urbana, estimulando também a migração interna do país, campo-cidade. A permanência do trabalhador rural no campo, à medida que o capital avança, torna-se cada vez mais difícil.

Na década de trinta até fins da década de cinquenta, atribuíam-se ao ensino realizado em áreas rurais a prerrogativa de fixar o homem ao campo (filosofia dos movimentos ruralistas). No entanto, nos últimos anos, essa função foi esquecida já que, o homem rural, não se fixou no campo e, mais ainda, constatou-se que as deficiências do professorado rural (principalmente do 1º grau) eram devidas a dificuldades existentes na sua fixação e este meio. (CALAZANS, CASTRO e SILVA. 1993, p. 181).

A política de fixar o homem no campo, por via da educação, já se mostrou ineficaz, observa-se que apenas a organização dos trabalhadores com objetivo de resistir ao processo de expropriação e exploração podem permitir a sua permanência no campo.

O estudo de Leite (2004, p. 43) indica que 51% dos Projetos de Assentamentos foram gerados a partir de ocupações, 145 foram fruto de processo de resistência na terra, 13% de formas mistas de luta e 7% de outras formas. Em Santa Catarina, dos 19 Assentamentos pesquisados pelo autor no oeste catarinense, 16 (84%) surgiram a partir de ocupações de terra e apenas 3 (16%) foram gerados mediante outras formas de luta.

O desenvolvimento capitalista expande-se e é consolidado no país através da industrialização, configurando-se como moderno. Nessa trajetória a agricultura aparece como atraso, e a situação dos trabalhadores rurais é ainda mais fragilizada. Na análise de Oliveira (2003, p. 128), o moderno, e a indústria, alimentam-se do atraso, gerando a economia de subsistência.

Diante das transformações socioeconômicas no país que geram a expulsão e exploração do trabalhador rural, as lutas sociais no campo algumas contrapõem-se à ordem capitalista.

Os movimentos sociais no campo surgem a partir da necessidade dos trabalhadores em permanecer na terra, ou seria mais correto afirmar, a partir da necessidade de produzir sua sobrevivência de alguma forma. Segundo Morissawa (2001, p. 86), as lutas radicais localizadas e espontâneas, aconteceram entre 1930 e 1954; e as organizadas, com caráter ideológico e de alcance nacional, entre 1950 e 1964.

Com o desenvolvimento econômico direcionado para política de exportação, a luta pela terra tende a crescer, pois a política fundiária imposta pelo capital expulsa cada vez mais o trabalhador rural.

Nesse contexto, as mobilizações dos trabalhadores rurais transcendem o objetivo da permanência na terra, e a conquista da reforma agrária e os meios que viabilizem a continuidade do trabalho no campo são fatores essenciais para o trabalhador.

Segundo Prado Junior (1979, p. 88), “o que se entende e deve entender por reforma agrária nas atuais circunstâncias do país, é a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida”.

A luta dos trabalhadores rurais expressa o profundo problema político existente no país, como a concentração de terra, representada pelo latifúndio e os interesses da classe dominante em não permitir que se realize uma reforma agrária efetiva.

Neste sentido, as transformações ocorridas no campo, como a mecanização, além de não atingir as pequenas propriedades, aquelas que têm sua produção pautada nos produtos de subsistência, revela que a modernização beneficia somente as grandes propriedades.

Para Oliveira (2003), as transformações no campo significam uma revolução produtiva sem revolução burguesa, direcionada para as grandes propriedades de terras, porém, para o trabalhador representou o desemprego e, para os posseiros, a perda das terras.

A verdade é que a política de instalação de grandes empresas no campo estava e está baseada no pressuposto da expropriação e da expulsão dos trabalhadores rurais para a cidade, na concentração da propriedade da terra e no aumento progressivo da eficiência econômica e da produtividade da agropecuária (MARTINS, 1985, p. 34).

A modernização do campo destaca-se como um período em que se intensificam os conflitos e violência no campo⁸. Conforme Oliveira (1999, p. 34), “o período de 1974 a 1983 apresenta o alastramento da violência por quase todo o território brasileiro”.

O movimento operário é rearticulado neste período, tendo seu palco de atuação no ABC paulista, junto aos trabalhadores da indústria automobilística. Assim, as lutas populares configuram-se como mobilizações nas principais cidades brasileiras.

Descontentes oriundos de diferentes setores da sociedade iniciam um processo de rearticulação e reorganização, são novas organizações com velhas reivindicações, uma delas, em especial, a reforma agrária. O problema do acesso a terra persistia e se aprofundava, pois a *revolução verde*⁹ havia provocado um aumento do êxodo rural (BISCAIA, 2004, p. 200)

2.2 A CONSTITUIÇÃO DO MST

A origem do MST precisa ser compreendida no contexto dos fatores econômicos e políticos do país, ou seja, as transformações por que passou a agricultura, representada pela adequação do próprio capital no campo brasileiro, como apresentado no item anterior. Além disso, o MST também é fruto de um processo de rearticulação das lutas populares, após o período da ditadura militar.

A partir da década da 1970, as organizações e mobilizações dos trabalhadores rurais ganham apoio da Igreja Católica, com a Pastoral da Terra. Esta entidade religiosa aglutina e acolhe muitos trabalhadores que são expulsos de suas terras. A mobilização dos trabalhadores

⁸ Sobre esta questão, ver Martins, J.S., A militarização da questão agrária no Brasil, 1984.

⁹“Termo designado para referir ao uso intenso de insumo, máquinas e equipamentos na produção agrícola. Exemplo da revolução verde, na década de 1960, nos países da Ásia. Produzir novas variedades de arroz, milho e trigo, altamente produtivas. Não eliminaram a fome e a pobreza das regiões em que foram introduzidas, como também, pelo contrário, acentuaram as disparidades de renda, provocaram a reconcentração das propriedades e aumentaram os índices de desemprego” (SILVA, 1982, p. 30).

rurais nas últimas décadas, inicialmente por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT¹⁰, ergue-se como uma perspectiva de modificação de um quadro de desigualdade social, pautado na concentração da propriedade e nos meios de produção.

Tendo sua origem no final do período do regime militar, compreendido entre 1964 a 1985, o MST configura-se como um dos movimentos sociais de maior envergadura da sociedade brasileira. Teve sua gestação e nascimento no período de 1979 a 1985, ano que aconteceu o I Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Curitiba (PR). Na análise de Fernandes (2000, p. 15) “é um Movimento que consolidou e territorializou de 1985 até os dias de hoje”. Atualmente o MST está organizado em quase todos os Estados brasileiros, com exceção de Amazonas, Acre e Roraima.

As mobilizações dos trabalhadores rurais constantemente são marcadas pela necessidade de reagir diante das ameaças de expulsão da terra ocupada. Caracterizando essa situação, Marcon (1977) conclui que a partir do conflito dos agricultores expulsos da reserva indígena de Nonoai, surge o Acampamento Natalino (RS). No entanto, para o autor, a singularidade desse acampamento é que não havia um movimento de agricultores organizados.

O Acampamento Natalino não tinha como objetivo imediato a ocupação de uma área de terra definida; antes, tinha como perspectiva chamar a atenção do governo para a necessidade de solução dos problemas sociais decorrentes especialmente da expulsão de famílias da reserva de Nonoai (MARCON, 1977, p. 65).

O Estado do Rio do Grande do Sul foi palco da primeira ocupação de terra, na Fazenda Macali, no município de Ronda Alta (RS). A partir de então, as ocupações foram

¹⁰ “No começo dos anos 60, nasceram as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em meados dos anos de 1970, elas existiam em todo o País. No campo e na cidade, foram importantes lugares sociais, onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaço de socialização política, de libertação e organização popular. Em 1975, a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Trabalhando juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, a CPT foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que insurgiam durante o regime militar” (FERNANDES, 2000, p. 44).

sendo ampliadas e intensificadas como uma forma de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, buscando uma política efetiva de reforma agrária. A luta pela conquista da terra acontece em diversas regiões do país e as experiências de lutas anteriores, como as Ligas Camponesas¹¹, ajudaram a consolidação do MST, segundo Morissawa (2001).

Tabela 01 - Assentamentos do MST no Brasil – 2001

Estado	Assentamentos do MST	
	Número	Famílias
AL	30	3.029
BA	64	6.500
CE	150	12.000
DF	23	1.542
ES	57	2.834
GO	15	832
MA	38	5.139
MG	10	409
MS	22	2.297
MT	28	3.274
PA	6	1.979
PE	90	7.232
PB	15	1.568
PI	9	1.057
PR	253	14.975
TO	1	156
RJ	63	5.049
RN	44	2.798
RS	224	9.600
RO	13	1.861
SE	83	5.077
SC	113	4.692
SP	139	8.949
TOTAL	1.490	108.849

Fonte: Disponível em: <http://www.mst.org>. Acesso em: 30 ago. 2001.

As conquistas do MST, ao longo dos seus vinte e um anos de existência, podem ser observadas na constituição de assentamentos que se materializam a partir das ocupações de terra e dos assentamentos, como podemos observar pelos dados de 2001, na tabela a seguir.

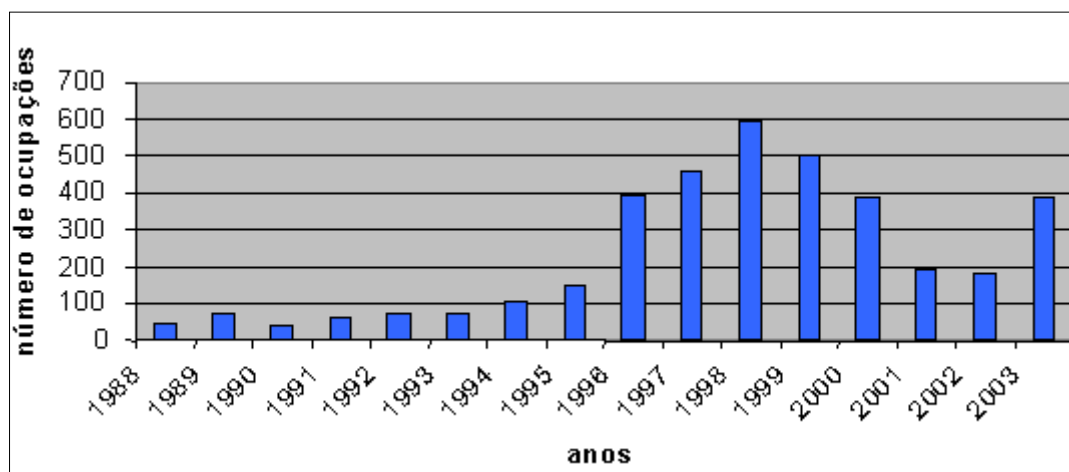
¹¹ A respeito da relação que o MST possui com as Ligas Camponesas ver: Boeira, A., Das Ligas Camponesas ao

Os assentamentos abrem outras possibilidades de organização da vida, como a produção coletiva na forma de cooperativas, a conquista de escolas e também desenvolvimento de um processo educativo considerado libertador pelo MST.

2.3 A OCUPAÇÃO E O ACAMPAMENTO COMO FORMAS DE LUTA DO MST

A consolidação do MST pode ser atribuída a diversas conquistas, porém, é a partir das ocupações¹² que se materializam suas reivindicações. Para exemplificar o avanço nas mobilizações dos sem-terra que resultaram nas organizações dos Acampamentos, observamos no gráfico 1 o número de ocupações de terra e no gráfico 2 o número de famílias envolvidas na luta pela terra.

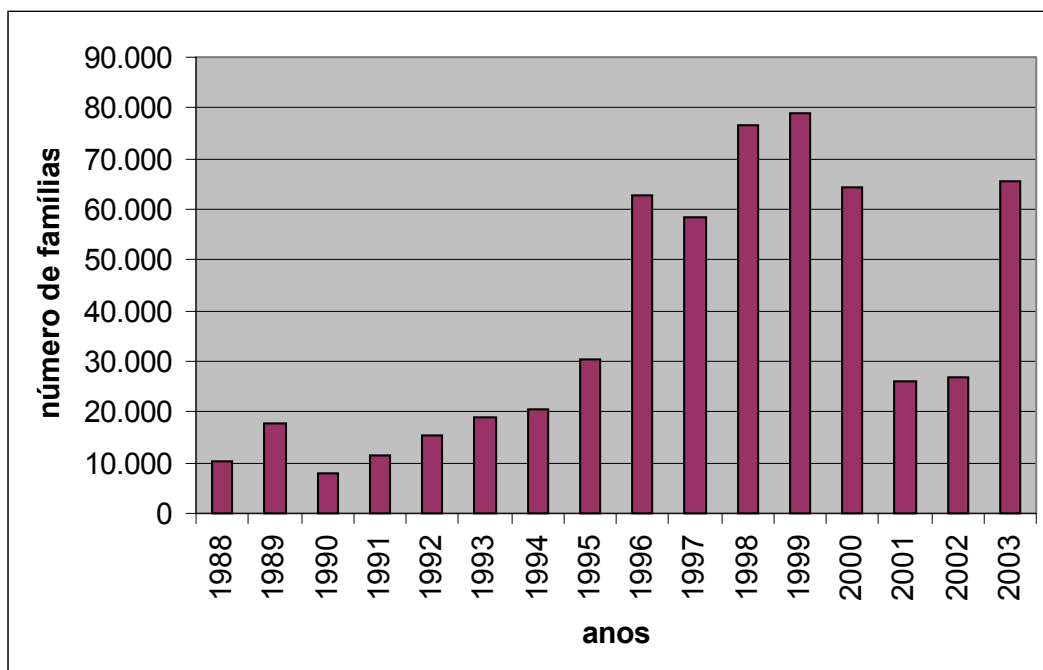
Gráfico 01 - Número de Ocupações de Terras (1988-2003)



Fonte: CPT – Comissão Pastoral da Terra – 2003.

MST. In: Aued e Paulilo (2004).

¹²“Ocupar significa preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua função social. Para o MST é uma ação voltada a abrir um espaço de luta e resistência. Com ela se cria uma outra condição para o enfileiramento”. (MORISSAWA, 2001, p. 132).

Gráfico 02 - Número de Famílias em Ocupações de Terras (1988-2003)

Fonte: CPT – Comissão Pastoral da Terra – 2003.

Ocupar a terra é uma das principais estratégias de luta do Movimento. Entretanto, pelos dados do gráfico número 1, observa-se que as ocupações ora se intensificam, porém, em outros períodos, recuam. Esse fato está relacionado à conjuntura política do país ¹³.

Participar de uma ocupação não é uma decisão tão simples. Afinal, mais do que experiência significa transformar a própria vida. Por essa razão, muitas vezes, para algumas famílias, existe a indecisão e o medo. Para superar o medo é preciso confiança nas pessoas que compõem e coordenam o Movimento. Assim, uma liderança tem a responsabilidade de, ao defender a ocupação, apresentar idéias e referências que permitam a superação das dúvidas. (FERNANDES, 2001, p. 61).

¹³ Em 1990, o governo do presidente Collor reprimiu violentamente as ocupações, com prisões seletivas de lideranças. A Polícia Federal invadiu as diversas secretarias do MST em vários Estados e prendeu muitos membros do MST. Essa ação causou o refluxo do MST e diminuiu o número de ocupações de terra. No entanto, em 1991, o número de famílias voltou a crescer e em outubro de 1992, o presidente Collor foi destituído através do impeachment, resultado de uma grande mobilização política nacional.

Com a eleição do Presidente FHC, em 1994, e a promessa de realização da reforma agrária, no ano de 1995, aumentou o número de famílias que ocuparam terra, tendência que continuou até 1999. O primeiro governo FHC, foi o período com maior número de famílias assentadas da história do Brasil. Três motivos contribuíram para com a implantação desse número de assentamentos: o massacre de Corumbiara em 1995, no Estado de Rondônia; o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, no Estado do Pará; o governo acreditava que os sem-terra eram aproximadamente quatrocentas mil famílias e com os assentamentos dessas famílias, a tendência era diminuir o número de famílias. (Cardoso *apud* Fernandes, 2004, p.2).

A resistência dos trabalhadores rurais materializa-se quando ocupam a terra e organizam o acampamento. Desse modo, as ocupações realizadas pelo MST configuram-se como forma de pressão para que o governo inclua na pauta de negociação uma proposta concreta de assentamento das famílias sem-terra, proporcionando, assim, o acesso à terra. Ao pressionar o governo, o MST busca que a reforma agrária realize-se de forma efetiva, não somente redistribuindo a terra. Para o MST a reforma agrária está pautada nas seguintes características:

Modificação da estrutura da propriedade da terra; subordinação da propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; garantia de que a produção agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; apoio à produção familiar e cooperativada, com preços justos, crédito acessível e seguro agrícola; aplicação de um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido; desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade brasileira preservando e recuperando os recursos naturais, como um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável e buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, da educação, cultura e lazer para todos (MORISSAWA, 2001 p. 153).

Desse modo, a luta dos trabalhadores ampliou-se, uma vez que a complexidade do problema agrário e o avanço do capitalismo no campo não se solucionam somente com a distribuição da terra.

Para exemplificar que o processo de luta pela posse da terra é permanente e intenso, podemos verificar através da tabela 2, os acampamentos existentes no país no ano de 2003. Pelos dados percebe-se que há uma organização do MST ao agregar famílias para promover ocupações, pressionando pela desapropriação de terras que não exercem a função social¹⁴.

¹⁴ Em 27 de janeiro de 1993, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei Agrária, que regulamenta as desapropriações de terra para fins de reforma agrária e recoloca a questão da função social da propriedade da terra como principal critério de desapropriação.

A função social da terra: De acordo com o estabelecimento no artigo 3º. da Constituição Federal de 1988, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O artigo 5º. afirma que todos são iguais em direitos e deveres perante a lei e garante aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à prosperidade.

Para o MST, que tem o objetivo de desenvolver uma luta de massa visando à realização da reforma agrária, os acampamentos são a expressão mais significativa da luta pela terra¹⁵. Segundo Stedile (2000, p. 114), a ocupação é fundamental, é a essência do movimento.

Tabela 02 – Acampamentos do MST no Brasil – 2003

Estados	Números de Acampamentos	Números de Famílias
Alagoas	41	5.165
Bahia	64	20.000
Ceará	11	1.380
Distrito Federal e entorno	10	1.157
Espírito Santo	6	1.124
Goiás	21	4.000
Maranhão	18	2.285
Mato Grosso	7	5.000
Mato Grosso do Sul	21	6.500
Minas Gerais	31	4.182
Pará	6	1.500
Paraíba	9	745
Paraná	60	13.000
Pernambuco	143	18.884
Piauí	9	1.540
Rio de Janeiro	11	971
Rio Grande do Norte	21	3.000
Rio Grande do Sul	6	2.500
Rondônia	10	1.253
Santa Catarina	15	1.500
São Paulo	51	7.914
Sergipe	56	11.450
Tocantins	5	632
TOTAL	632	116.382

Fonte: Disponível em: < <http://www.mst.org> >. Acesso em: 05 ago. 2003.

Para definir o exercício desses direitos, a Constituição assegura, entre outras coisas, que: a propriedade atenderá à sua **função social**; a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro; a pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento. Fonte: MORISSAWA, 2001, p.117.

¹⁵ Segundo levantamento da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e do Dataluta, banco de dados do departamento de geografia da Unesp, há no país 95.577 famílias acampadas, embaixo de barracos de lona e à beira de estradas, no total de 864 acampamentos. Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO, 25 de abril de 2003.

Com a ocupação da terra torna-se possível revelar para a sociedade os problemas sociais existentes na área rural. Para Stedile (2000, p.161), há dois problemas estruturais no meio rural brasileiro, a pobreza e a desigualdade social. Na análise de Fernandes (2001, p.26), “a questão não é só a distribuição de terra, mas também construir novas relações de poder com a participação dos trabalhadores na efetivação das políticas públicas”.

Na atualidade, o espaço de luta e de resistência é o acampamento, é o começo de uma longa trajetória de mudanças. Essa atitude busca transformar a vida precária em que os sem-terra se encontram, “essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com essa ação poderá encontrar solução para o estado de miséria em que vivem” (FERNANDES, 2001, p. 56).

2.4 O MST EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, como em todo o Brasil, a luta pela terra antecede ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A Guerra do Contestado¹⁶, movimento de resistência na região de fronteira entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, no início do século XX, configurou-se como importante luta dos trabalhadores.

Em 1908, o governo fez uma grande concessão à empresa norte-americana Brazil Railway Company de uma enorme faixa prevista para a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul. As terras, atravessadas pela ferrovia, foram exploradas, desflorestadas por empresas que comercializavam as madeiras no Brasil e no exterior. Milhares de famílias que viviam nessas terras foram expropriadas e expulsas brutalmente. Com o fim da construção da ferrovia, cerca de oito mil trabalhadores que haviam sido contratados ficaram desempregados (FERNANDES, 2000, p. 30).

¹⁶ Ver mais a respeito da Guerra do Contestado: AURAS, Marli. Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla. 2 ed., Florianópolis, Editora UFSC, 1995.

Nessa época, 1912, surgiu na região de Campos Novos e Curitibanos, em Santa Catarina, um movimento camponês de caráter político-religioso, liderado por um pregador e curandeiro chamado “Monge” José Maria. Em suas atividades políticas, o Monge acabou se envolvendo em um conflito de interesses dos “coronéis” da região. Acusado de servir aos monarquistas começou a ser perseguido e foi refugiar-se em Vila do Irani. O local ficava situado no centro de uma área disputada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina, por isso chamado de Contestado. A entrada ali do Monge, junto com seus seguidores, foi interpretada pelos paranaenses como uma invasão de catarinenses. Atacados pela força pública do Paraná, eles revidaram e saíram vitoriosos¹⁷.

Ao mesmo tempo em que o processo de luta pela terra avança, os conflitos¹⁸ decorrentes dessa luta tendem a crescer. Conforme Fernandes (2001, p. 24), “a questão agrária é um elemento estrutural do capitalismo. Portanto, o conjunto de problemas é constante, pode-se amenizá-los, diminuir suas escalas, mas não é possível solucioná-los totalmente”.

Por conseguinte, a luta popular torna-se fundamental para romper com a estrutura fundiária estabelecida no país, configurada pela concentração de terra. Reafirmamos, assim, que o MST é uma referência de resistência dos trabalhadores rurais, buscando romper com a ordem econômica.

O Estado de Santa Catarina também se encontra no eixo do desenvolvimento econômico do país, com suas indústrias, tendo destaque a participação fundamental dos imigrantes nesse processo.

A economia que emerge no Estado pode ser considerada de forma distinta, com o desenvolvimento das indústrias têxtil, as fábricas de motores elétricos e indústrias de

¹⁷ Mitsue Morissawa, 2001, p. 87.

¹⁸ A Comissão Pastoral da Terra, desde 1985, vem editando um caderno que retrata as condições dos conflitos por terra, ocorridos a cada ano e indicando uma série de arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores rurais pelas forças do latifúndio e dos governos comprometidos com o mesmo.

cerâmicas. Segundo Aued e Fiod (2004, p. 182), o surgimento das primeiras indústrias no Estado instalaram-se em Blumenau, entre 1880 e a I Guerra Mundial.

Porém, é no interior do Estado, com exceção do litoral, que a economia está pautada na agricultura, portanto, sofre também com os impactos das mudanças provocadas no campo como as demais regiões do país.

A partir da década de 1970, como estava ocorrendo em outras regiões do país, a mecanização e implementação dos insumos agrícolas no campo contribuíram de forma expressiva com o êxodo rural.

Com a expansão do capitalismo no campo, aumenta a precarização do trabalhador rural e, conseqüentemente, o desemprego. Conforme a análise de Silva (1982), o trabalho na agricultura, com a implementação da tecnologia no meio rural, contribui para a sazonalidade de trabalho:

A mecanização, na medida em que atinge principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra. Desse modo, a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão-de-obra não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais. (SILVA, 1982, p. 30).

As lutas sociais no campo avançavam à medida que o capital apropria-se do processo de trabalho e da produção do agricultor tendo como conseqüência o aumento de um contingente de trabalhadores rurais expropriados e miseráveis.

O avanço do capital criou barreiras no modo tradicional de produzir no campo, dificultando a comercialização de seus produtos, assim, o trabalhador, o pequeno agricultor juntamente com sua família buscam resistir à expulsão e expropriação da terra. Conforme

A Pastoral da Terra classifica estas arbitrariedades em vários tipos como ocorrência de conflitos, número de famílias atingidas, áreas em litígio, número de famílias expulsas e despejos, ou que tiveram suas casas e suas roças destruídas e a intensidade da pistolagem.

Vendramini (2000, p. 65), “o MST é um espaço em que os trabalhadores expropriados da terra podem afirmar-se como classe e fazer valer seus interesses coletivos”.

Desse modo, a luta pela posse da terra e pela permanência do trabalhador no campo, são reivindicações antigas. Elas advêm das mudanças econômicas no campo. Essas mudanças decorrentes da exigência do próprio capitalismo, como sugere Martins (1985), em que há uma forte aliança entre o Estado o capital, dificultando o acesso a terra para o trabalho.

Em Santa Catarina, a partir da década de 1980, a população rural começa a apresentar sinais de evasão¹⁹. Segundo Aued (2004, p. 249), “no Estado o advento do MST no final dos anos oitenta, evidencia uma quebra de paradigma da indústria como fonte de absorção do êxodo rural”.

Isso significa que já não há mais lugar para os trabalhadores expulsos das terras e do trabalho no campo, já não podem mais ser absorvidos pela indústria, que desemprega.

Neste contexto, emerge o MST, um movimento que reúne em torno de si trabalhadores que já não têm espaço para produzir sua vida, nem no campo nem na cidade.

Em Santa Catarina, o surgimento do MST se dá através da ocupação da Fazenda Burro Branco, em maio de 1980²⁰. A partir daí, inicia-se a espacialização do Movimento em outros municípios catarinenses.

Para a consolidação do MST no Estado foi fundamental a participação da Igreja Católica no processo de conscientização e de organização dos trabalhadores rurais.

Os trabalhos de conscientização a respeito da realidade feitos pela Diocese de Chapecó, por meio da Comissão Pastoral da Terra e da Pastoral da Juventude, foram essenciais para o crescimento e fortalecimento das lutas. Esses trabalhos foram iniciados pelo bispo D. José Gomes em vários municípios do oeste catarinense. Nas comunidades de base, as famílias

¹⁹ Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul/ IPEA, IBGE, UNICAMP/ IE/ NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.

²⁰ Em maio de 1980, trabalhadores rurais sem terra da região de Campo Erê haviam sido informados por técnicos do Incra de que uma fazenda da região seria desapropriada. Ficaram aguardando o decreto de desapropriação e, assim que ele saiu, cinco trabalhadores de uma mesma família ocuparam por engano uma área de um latifúndio chamado Burro Branco. Souberam disso duas semanas depois, mas decidiram permanecer, já que se tratava de um latifúndio improdutivo. Tiveram de enfrentar os jagunços da fazenda, a polícia e o Exército, mas acabaram atraindo cerca de 350 famílias de toda a região. (MORISSAWA, 2001, p. 130).

refletiam sobre a necessidade de se organizarem e lutarem para enfrentar os processos de expropriação e expulsão que estavam vivendo (FERNANDES, 2000, p. 63).

Esses trabalhos de base contribuíram para refletir sobre a situação que forçava o trabalhador a deixar a terra e também ajudaram para o fortalecimento do MST, incluindo a participação das famílias nesta trajetória de luta.

Porém, a perseguição ao trabalhador rural cresce na medida em que evoluem as ocupações de terra. Em regiões como no nordeste brasileiro, a violência contra o trabalhador atinge porcentual superior ao do Estado de Santa Catarina²¹. Contudo, em Santa Catarina, ao final da década de 1990, os conflitos pela terra também vêm aumentando, sendo registrados 870 conflitos por terra, envolvendo 107.244 famílias e 27 assassinatos²².

Embora os conflitos por terra venham aumentando, como podemos verificar na tabela 3, percebe-se a persistência dos trabalhadores rurais em conquistar a terra e resolver os problemas suscitados no campo.

No governo Collor foi a Polícia Federal que reprimiu os sem-terra, já o governo FHC utilizou-se do Poder Judiciário. As ocupações de terra eram acompanhadas com rigor pelo governo e as liminares de reintegração de posse e despejo das famílias ocupantes eram expedidas em menos de vinte e quatro horas, que resultava na maior parte das vezes na prisão das lideranças. Ocorreram casos em que os juízes mandavam prender lideranças como prevenção às ocupações (FERNANDES *apud* FERNANDES, 2004, p. 4).

Assim, a ocupação aparece como uma esperança em obter a terra, seguida por um sentimento de medo, porque a luta pode levar à conquista da terra, mas também pode levar a outros caminhos, inclusive à morte no enfrentamento com os latifundiários e com a polícia. Desse modo, os trabalhadores rurais deparam-se com a violência desencadeada pela forças opressoras no campo e com apoio do Estado.

²¹ Fonte: CPT. Em 2003, o número de ocorrência no Nordeste foi superior às demais regiões do Brasil, com 455, caso seguido do Norte com 255, do Centro-Oeste com 248, do Sudeste com 255 e a região Sul com 152 casos. Assim no Nordeste, uma das regiões mais pobres do país, o número de ocorrência atingiu 34%.

²²Fonte: Conde, S.F., Linha do Tempo In: Aued e Paulilo (2004).

Tabela 03 – Conflitos por terra em Santa Catarina no ano 2003

Conflitos por Terra / SC			
Municípios	Nome do conflito	Famílias	Área
Abelardo Luz	Acampamento às margens da BR 280	200	
Abelardo Luz	Fazenda Esperança	200	600
Abelardo Luz	Fazenda Capão Grande	70	750
Abelardo Luz	Fazenda Esperança	130	750
Abelardo Luz	Fazenda Olvepar	67	
Abelardo Luz	Fazenda Portal do Sol	120	700
Abelardo Luz	Fazenda São José	27	5000
Abelardo Luz	Reserva da Congonhas	22	
Araquari	Fazenda Comfloresta	95	750
Chapecó	Agropecuária Paraíso	200	500
Curitibanos	Fazenda da Roseira	230	
Irani	Fazenda Celulose Irani	120	2.200
Ponte Serrada	Fazenda Três Barras	20	350
São Domingos	Fazenda Agropastoril Arvoredo	80	500
São Domingos	Fazenda Zugma	80	1000
São Francisco do Sul	Empresa Comfloresta	11	
Três Barras	Acampamento às margens da BR 280	150	
Total	17 conflitos	1.822	18.500

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

Observa-se, ainda nos dados referentes à 2003, que o número de ocorrências no Estado foi mais intenso, ou seja, aumentou significativamente em relação ao final da década de 1990, pelos registros já mencionados anteriormente. Portanto, a perspectiva de acabar com os conflitos e a violência no campo em consequência da luta por terra, talvez com a realização da reforma agrária vislumbraria a possibilidade de diminuir os conflitos e a violência no campo.

A luta pela reforma agrária atinge também as cidades, um elemento que pode ser considerado para essa reflexão é o expressivo número de desempregados. Parte dessa população desempregada, não tendo perspectivas de alterar a situação em que se encontra, pode agregar-se a um movimento social, como uma possível alternativa de mudança.

Nesse sentido, podemos observar a experiência que ocorreu em Santa Catarina, em 2002, no município de Palhoça, em que famílias que residiam na periferia da cidade foram para uma ocupação. O MST participa de reuniões nas periferias das cidades e através do apoio dos sindicatos dos trabalhadores urbanos, busca construir a união entre o MST e setores urbanos²³.

Com o agravamento da crise econômica, vem diminuindo cada vez mais as oportunidades de trabalho na cidade. Nesse sentido, um extrato da população excluída acaba se engajando no Movimento como perspectiva de superar a realidade em que se encontra de desemprego, subemprego, violência e fome²⁴.

Nos últimos vinte anos, desde a fundação do MST, as famílias participantes das ocupações têm se diferenciado. Na década 1980, as famílias sem-terra participantes das ocupações eram predominantemente de origem rural. Com a intensificação da mecanização da agricultura e com o desemprego estrutural, na década de 1990, nos acampamentos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a participação de trabalhadores de origem urbana aumentou (FERNANDES, 2004, p. 3).

²³ Segundo Fernandes, “a ocupação da terra começa com o trabalho de base”. Quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades (pequenas, médias e grandes – inclusive nas regiões metropolitanas) para convidar as pessoas interessadas em conhecer a luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se em diferentes lugares: salões paróquias, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias participantes. Com esse ato, inauguram um espaço de socialização política. Neste espaço discutem as possibilidades da luta pela terra e pela reforma agrária.

Artigo **Luta pela terra, MST, FHC e Lula**, publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

²⁴ O MST tem ido a comunidades carentes atrás de pessoas que queiram integrar o Movimento e se mudar para os acampamentos espalhados pelo Brasil. E tem conseguido no país, vê-se hoje um êxodo rural às avessas. O Movimento tem atraído não só lavradores que perderam suas terras ou que trabalham na propriedade dos outros, mas os pobres em geral, marginalizados e excluídos pelo sistema, em busca de oportunidade de vida. Pessoas que simplesmente não têm como pagar aluguel, ou passam fome nas periferias, não conseguem se sustentar apenas com biscates ou migalhas arrecadas nas ruas.

Este é um trecho da reportagem a respeito de um desempregado que se dirige a um acampamento localizado à margem da BR-101, em Pernambuco. O referido é o Acampamento Agrícola MST Escada, situa-se a 55 quilômetros de Recife, entre grandes engenhos e usinas de açúcar da Zona da Mata Sul do Estado.

As famílias não estão mais dispersas, agora têm um novo espaço de luta e resistência que se chama acampamento. Assim elas ficam juntas em muitos barracos de lona preta. A interação acontece tendo em vista que trajetórias semelhantes como migrantes, pobres, desempregados que possuem a vontade de mudar suas histórias. Dessa forma, o Acampamento em Palhoça, às margens da rodovia BR-101, materializa um início de luta.

Pela primeira vez na história de Florianópolis registra-se um Acampamento organizado pelo MST, composto por famílias oriundas das favelas de dois municípios que pertencem à grande Florianópolis.

As famílias que viviam nas favelas Frei Damião, no município de São José, e Brejarú, em Palhoça, tinham conhecimento da luta pela terra através do Movimento e buscaram uma perspectiva de alterar a realidade social em que se encontravam.

Com essa perspectiva organizaram o acampamento às margens da BR – 101, próximo ao município de Palhoça. Conforme Fernandes (2001, p. 75) “os Acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra”.

O Acampamento passou a chamar-se Manoel Alves Ribeiro²⁵. Hoje ele não está mais localizado no município de Palhoça. Primeiramente, uma parte das famílias acampada deslocou-se para o município de Gaspar,²⁶ situado no Norte do Estado, e atualmente algumas famílias estão acampadas no município de Araquari, no Norte do Estado, outras se dirigiram para Canoinhas, região também no Norte do Estado, sendo ainda que muitas desistiram do Acampamento.

Reportagem: Moldando a história: Caros Amigos. Edição Especial: Reforma Agrária: vai ou não vai? Nº18, set/2003 São Paulo. Mariana Camarotti, p. 15.

²⁵ Manoel Alves Ribeiro (Mimo) nasceu em Imaruí, em Santa Catarina. Trabalhou nas minas de carvão de Barro Branco na cidade de Lauro Muller, e na construção da ponte Hercílio Luz. Foi vereador em Florianópolis de 1959 a 1963. Ajudou a fundar o Partido Comunista do Brasil – PCB.

²⁶ O Acampamento em Araquari formou-se com as famílias que estavam acampadas às margens da BR-470, em Gaspar, oriundas da Grande Florianópolis e regiões de Blumenau e Joinville. Diário Catarinense, 03/03/2003, p.27.

O MST, ao longo de sua história, cria diversas formas de luta e de pressão social. Podemos observar esta estratégia quando ocorrem as ocupações de prédios públicos, áreas públicas, como praças, e os acampamentos que podem ser permanentes ou provisórios²⁷.

Essa prática pode ser atribuída aos resultados das experiências que o Movimento foi adquirindo durante a sua existência, com suas reflexões, ações e com a conjuntura política do país. Assim, as formas de pressão acabam sendo distintas, de acordo com o contexto e as capacidades de ação do MST. Dessa forma, o MST segue conquistando espaço no centro urbano. O que podemos observar nesse sentido foi a maneira como se deu a organização do Acampamento em Palhoça. Com o apoio de movimentos sociais urbanos foi possível a organização do Acampamento.

Assistindo a uma entrevista na televisão, um líder comunitário reconheceu um militante do MST, que no passado esse fez parte do Movimento, e então decide procurá-lo para iniciar o processo de organização do Acampamento.

A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação. Desse modo, as pessoas do próprio lugar iniciam o trabalho de base porque ouviram falar, viram ou leram sobre ocupações de terra, ou seja, tomaram conhecimento por diferentes meios: falado, escrito, televisivo etc. E assim iniciam a luta pela terra construindo suas experiências (FERNANDES, 2001, p. 54).

Considerando os trabalhos de base fundamentais para aglutinar as famílias que desejam mudar sua situação de vida, foi possível unir duas comunidades pertencentes a municípios distintos, como São José e Palhoça.

²⁷ “O MST caracteriza os Acampamentos em provisório e permanente. O objetivo do Acampamento provisório é chamar a atenção das autoridades e da sociedade, estudar e decidir os encaminhamentos e apresentar as reivindicações. Após atingida a finalidade que o moveu, ele se dissolve. O Acampamento permanente só se desfaz quando todos os acampados estão assentados. Enquanto ele está em pé, o MST promove diversas atividades básicas, entre as quais a mais importante é a educação. São formadas comissões para cada uma delas: saúde, alimentação, imprensa etc. Ao lado disso, são desenvolvidas as atividades de sensibilização da opinião pública e de pressão sobre as autoridades” (MORISSAWA, 2001, p.199).

No próximo capítulo abordaremos as características socioeconômicas dos municípios de Florianópolis, Palhoça e São José, para entender o contexto social das pessoas que se juntaram ao MST.

3 O MST NA CIDADE

(...) É duro sonhar perto dos desanimados. É como ver a flor se abrir às margens de um rochedo: o sonho é engolido pela indecisão e o medo. É preciso sonhar com as montanhas de onde vem o guerrilheiro ao lado da companheira, trazendo uma bandeira embrulhando o coração. Trazendo a revolução organizada em fileiras, desfazendo-se em brincadeiras de roda, de São João; que se misturam à poeira nos passos de cada irmão. É preciso sonhar com a floresta que se empresta para cada geração. Que pede proteção, dá o fruto e a raiz, cura a dor e a cicatriz feita na pele queimada. Dá sombra, terra molhada e faz a gente feliz. (...)

A miséria faz parte da vida de um grande contingente de pessoas no mundo inteiro. Quanto mais o capitalismo se expande, mais se observa o aumento do índice de pobreza e de pessoas que estão desempregadas, sem as condições mínimas de produzir a sua subsistência. Com o agravamento da crise social, os grandes centros urbanos tornaram-se a válvula de escape para muitos trabalhadores sem emprego, que buscam nestes centros oportunidades de trabalho e uma melhor qualidade de vida. Entretanto, atualmente observamos o inchaço dos centros urbanos e, como resultado, a formação de um cinturão de pobreza em seu entorno, constituído em sua maioria por trabalhadores que não conseguem trabalho. Para Maricato (1982, p. 33) “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres, estes, não tendo meios de pagar pelo direito do uso do solo urbano, acabam ocupando áreas irregulares”.

Esta situação, que vem se agravando cada vez mais na realidade brasileira, faz com que organizações e movimentos sociais sejam formados, reivindicando trabalho e melhores condições de vida para os moradores que vivem de forma precarizada e sub-humana. É sobre

um desses movimentos sociais que iremos focar nossa análise neste capítulo - o Acampamento Manoel Alves Ribeiro, organizado pelo MST na periferia da região da Grande Florianópolis. Iremos analisar o contexto socioeconômico da região da Grande Florianópolis e as possíveis causas que levaram famílias, que residem na área urbana, a buscar no MST, uma organização atuante no meio rural, uma saída para superar sua condição de vida, marcada pela pobreza, pelo desemprego e pela violência.

3.1 COMPOSIÇÃO GEOGRÁFICA (SOCIAL) DOS FAVELADOS DOS MUNICÍPIOS DE FLORIANÓPOLIS, PALHOÇA E SÃO JOSÉ ²⁸

As cidades de grande porte tornam-se o principal destino da maioria das pessoas que saem do campo e buscam, nessas cidades, a possibilidade de encontrar trabalho. Entretanto, muitas delas não conseguem concretizar esse desejo, seja por falta de oportunidades, qualificação de sua força de trabalho ou, até mesmo, pelo inchaço das grandes cidades que contribuem para o aumento do índice de desemprego. Assim, este capítulo apresenta as características sociais e econômicas de Florianópolis, Palhoça e São José, numa tentativa de compreender os fatores que provocaram o desemprego e a não absorção da força de trabalho dos migrantes oriundos do campo e também para contextualizar os aspectos que corroboraram na constituição do Acampamento Manoel Alves Ribeiro, em Palhoça, no ano de 2002. Na análise socioeconômica, iremos priorizar o estudo dos municípios de Florianópolis por ser a capital do Estado, e de São José, por este ser um dos centros urbanos de onde saíram muitas famílias que participaram da constituição do Acampamento Manoel Alves Ribeiro, e do município da Palhoça, por este ser o local em que foi montado o acampamento e também

²⁸Os dados sobre a região do município de Florianópolis, Palhoça e São José apontados aqui, são baseados em uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Sociais da FURB em convênio com o SINE/SC – 2000, sobre ascensão e queda do emprego formal nas microrregiões de Santa Catarina.

porque parte das famílias que participaram do acampamento são oriundas da favela Brejarú, localizada em Palhoça.

3.1.1 Características socioeconômicas dos municípios alvo da pesquisa: Florianópolis, Palhoça e São José

As cidades no Brasil tiveram um aumento significativo a partir da década de 1970, provocado principalmente pela mecanização implantada no campo e pela industrialização concentrada nas cidades que contribuiu decisivamente para o crescimento urbano no país. Segundo Souza (2003, p. 20) “o Brasil é, realmente, um país predominantemente urbano, e que se urbaniza mais e mais, em grande velocidade”.

Na história recente do Brasil, o crescimento dos centros urbanos foi provocado, principalmente, pelo processo de industrialização²⁹, que fez com que muitas pessoas deixassem suas terras em busca de melhores oportunidades nas fábricas e nas indústrias que eram implementadas, principalmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Conforme Spósito (1994), a indústria aglomerou seus operários nas proximidades dos grandes centros urbanos e esses aglomerados deram origem às pequenas cidades periféricas em volta destes centros.

A instalação das indústrias em torno das grandes cidades provocou o processo de cornubação, que consiste na ligação entre cidades através das indústrias. De acordo com Spósito (1994, p. 45), “existem áreas que concentram cidades que vão se ligando umas às outras, que se tornam áreas atrativas para a instalação de indústrias”. Além das indústrias, a fusão das áreas metropolitanas também é determinada pelo grande número de trabalhadores que se aglomeram nestas regiões periféricas e, também, pela instalação do comércio e de bancos comerciais, como é o caso da fusão Florianópolis – São José.

A dinâmica da economia metropolitana, antes baseada no setor produtivo industrial, vem-se apoiando, agora, no amplo crescimento do setor terciário

²⁹ O início da industrialização no Brasil coincide com o processo de modernização do país, projeto iniciado na Era Vargas que financiou a criação das indústrias base (metalúrgicas, siderúrgicas), principalmente na região do Estado de São Paulo, conhecida como ABC Paulista.

moderno – serviços, comércio, setor financeiro - como condição de desenvolvimento em uma economia globalizada (CARLOS, 2001, p. 21).

A busca por melhores oportunidades nas cidades, através do trabalho nas indústrias localizadas próximas aos grandes centros, faz com que elas se tornassem uma alternativa para recomeçar a vida, já que no campo as possibilidades de continuar trabalhando na terra estavam num plano mais remoto.

As dificuldades enfrentadas no trabalho do campo aliado aos sonhos que a urbanização difundiu como o ideal de vida do homem moderno, fizeram com que muitas famílias deixassem suas terras e partissem em busca da realização de seus sonhos nas cidades. Este deslocamento populacional³⁰ gerou problemas sociais que, ao longo do tempo, foram se agravando, principalmente pelas crises econômicas que atingiram o país. Na análise de Souza (2003), a pobreza caracteriza-se como problema social de base, que à medida que vai avolumando contribui também no agravamento dos problemas urbanos.

Durante as últimas décadas do século XX e início do século XXI, este quadro de inchaço das cidades não se alterou, pelo contrário, atualmente a crise do desemprego continua gerando o deslocamento das pessoas, ou seja, migração campo-cidade e também das cidades pequenas para os grandes centros urbanos.

A região da Grande Florianópolis³¹, não poderia ser diferente, além da capital³², os municípios que sofreram aumento populacional ficam na sua periferia, como São José e Palhoça, conforme podemos verificar na tabela abaixo.

³⁰ Percentual da população brasileira: população rural em 1970: 44,07% e urbana: 55,93%; população rural em 1980: 32,42% e urbana: 67,59%; população rural em 1991: 24,41% e urbana: 75,59%; população rural em 1996: 22,36% e urbana: 78,36% e população rural em 2000: 18,75% e urbana 81,25%.

³¹ Municípios que abrangem a grande Florianópolis: Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Paulo Lopes, Antonio Carlos, Águas Mornas, Anitapólis, e Governador Celso Ramos.

³² Segundo pesquisa do IBGE, no Censo Demográfico realizado em 2000, o município de Florianópolis recebeu 46.561 pessoas, durante o período de 1990 a 2000.

Tabela 04 – Crescimento populacional - 1980 a 2000

ANO	MUNICÍPIOS		
	FLORIANÓPOLIS	SÃO JOSÉ	PALHOÇA
1980	187.871	87.817	38.031
1991	255.390	139.493	68.430
2000	342.315	173.559	102.742

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Observa-se através do quadro uma mudança significativa no que diz respeito ao aumento populacional entre 1991 e 2000 em Florianópolis, de 34%; em São José de 24,4% e em Palhoça de 50,1% . Os dados podem ser atribuídos a um conjunto de fatores, como a busca pelo trabalho, os serviços médicos e também por acreditar que os jovens tenham maiores oportunidades de estudo³³ e trabalho num centro maior. Segundo o estudo realizado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, no ano de 1992, sobre as áreas carentes formadas no entorno das cidades, a crise do desemprego atinge também os municípios pequenos. A ilusão de migrar do interior do Estado para a região da Grande Florianópolis, na esperança de conseguir oportunidade de trabalho, acaba frustrada, uma vez que a região não tem um pólo industrial expressivo que poderia absorver o contingente de pessoas que migram.

A pesquisa acima referida expõe como critério de atração nos grandes centros urbanos a perspectiva de conseguir trabalho, porém observa-se que as pessoas oriundas, tanto do campo quanto das pequenas cidades do interior do Estado, representam uma força de trabalho que não encontra espaço nos municípios da região analisada. Além da falta de oportunidade de trabalho, muitos destes trabalhadores não possuem a qualificação exigida pelas indústrias e pelo comércio.

³³ O município de Florianópolis abriga a única Universidade Federal de Santa Catarina e o campus principal da Universidade do Estado de Santa Catarina, as únicas universidades públicas do Estado.

Considerando que parte da população da região da Grande Florianópolis é formada por trabalhadores oriundos do campo, estes, quando encontram possibilidade de trabalho, exercem atividades que são distintas daquelas que praticavam em suas cidades de origem. São atividades de serviços administrativos em empresas públicas, serviços individuais e coletivos de ensino, saúde, comunicações, financeiro, transporte e os diretamente ligados ao turismo (hotelaria, agências de viagens, bares, restaurantes) e parte do comércio local.

Desempregadas, as famílias migrantes se estabelecem em áreas desprovidas de infraestrutura, ficando expostas à violência, ao tráfico de drogas e às doenças que a falta de um saneamento básico provoca. Segundo Saito³⁴,

a concentração de serviços urbanos na área central, aliada aos altos custos do transporte coletivo e dos aluguéis, faz com que a ocupação nas áreas irregulares seja a única opção que se apresenta, em muitos casos, para assegurar a sobrevivência das famílias mais carentes. Dessa maneira, os assentamentos precários se estabelecem nas cotas mais elevadas, desprovidos de infra-estrutura, como saneamento, recolhimento do lixo e sistema viário (2004, p. 23).

Contudo, persiste a ilusão de que na capital as expectativas de conseguir um emprego ainda são maiores. O resultado desse processo de migração é a situação de miséria em que são colocadas a maioria dessas famílias, não diferenciando muito daquelas condições de vida já existentes nas suas cidades de origem. Henrique (1990), explica que o aumento das favelas nos municípios de Florianópolis, São José e Palhoça é decorrente do grande número de famílias que chegam do interior do Estado, principalmente agricultores em busca de melhores condições de vida na cidade.

Essa situação, segundo o IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), revela que uma parcela expressiva da população carente tem sua origem na área rural³⁵. O

³⁴ A pesquisa de Saito aborda as áreas de riscos ambientais, salienta que nessas áreas as populações residentes são pobres e oriundas de outras localidades, como trabalhadores rurais.

³⁵ A pesquisa realizada pelo IPUF ressalta que os dados levantados pelo perfil socioeconômico permitem formular uma caracterização dessa população carente e das áreas onde vivem. Vários fatores podem ser considerados como geradores dessa marginalidade, que traz na sua raiz, a inexistência de uma política agrária e também de reforma urbana. Isto porque a primeira origem desta população carente é a área rural, as periferias

levantamento realizado pelo IPUF em 1992, das áreas carentes de Florianópolis, é demonstrado através da tabela abaixo.

Tabela 05 – Áreas carentes de Florianópolis – 1992

LOCALIZAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS		Nº DE PESSOAS	
	TOTAL	CARENTE	TOTAL	CARENTE
ILHA	5.598 * ³⁶	3.594	24139 *	15.539
CONTINENTE	4.760 ** ³⁷	3.643	21.561 **	16.663
TOTAL	10.338 *	7.237	45.700 *	32.202

Fonte: IPUF, 1992.

A pesquisa realizada pelo IPUF evidencia que parte da população carente, ou seja, aquela desprovida de serviços essenciais, como saneamento básico e com renda média familiar, na sua maioria, recebe entre 1 e 2 salários mínimos. Além disso, as famílias que vivem em áreas de risco, consideradas recentes, são constituídas por uma população originária de outras cidades, e já estão fixadas há algum tempo no município.

Os dados revelam também que na capital a existência da população que vive em condições de precariedade e/ou inexistência da infra-estrutura urbana, particularmente da rede coletora de esgoto, está situada em locais de difícil acesso e com espaços públicos reduzidos, tanto para áreas verdes como para ruas e servidões, o que torna contestável a imagem de

das cidades do interior. Na sua maioria, essa população não traz a capacitação profissional para viver no meio urbano. Esta condição acarreta uma situação socioeconômica precária, onde a renda média familiar se situa, na sua total maioria, entre 1 a 2 salários mínimos. E, embora as famílias mais jovens se compõem de 3 a 4 membros, ainda existem famílias com maior número de filhos, o que dificulta a sua sobrevivência com os baixos rendimentos .

^{36*} Não está computado no número total de famílias a população de 10 áreas onde só foi levantada a população carente.

^{37**} O quadro apresenta a população total da área carente e a população carente propriamente dita, que representa cerca de 70% da primeira.

capital que possui melhor qualidade de vida, amplamente divulgada em campanhas publicitárias do município na mídia estadual e nacional.

Esta propagação da imagem da capital tem como objetivo principal o apelo ao turismo local, principal responsável pelo setor econômico da cidade, juntamente com todos os serviços e estruturas que são criadas em torno desta atividade econômica.

O turismo configura-se como umas das atividades que se desenvolveu significativamente, aliada a outros serviços criados em consequência da estrutura para atender a demanda dos turistas que chegam na cidade. Assim, a expansão do turismo gera outras atividades como: alojamentos, restaurantes, bares, serviços de manutenção e reparação, serviços de administração de imóveis, de transportes, etc.

Entretanto, esta valorização intensa do turismo traz como consequência um grande número de novos moradores para o município de Florianópolis, principalmente na região localizada na Ilha de Santa Catarina³⁸, oriundos do interior do Estado ou de outros Estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul.

Por outro lado, a propagação da cidade que apresenta a melhor qualidade de vida encobre problemas sociais já existentes e que ficam à margem desse processo, e que ao contrário de serem resolvidos tendem a ser potencializados pelo inchaço social.

Assim, pode-se perceber que a crise econômica e o desemprego que tem aumentado³⁹ tende a refletir-se também na questão da migração na grande Florianópolis. As famílias de baixa renda que chegam na cidade e não encontram lugar para morar, acabam dirigindo-se para a favela.

³⁸ Território localizado na abrangência do município de Florianópolis.

³⁹ O Brasil possuía em 2002, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, um total de 177 milhões de habitantes e uma população economicamente ativa de 83.243.239 de pessoas. Desse montante, de acordo com estimativas do mesmo Instituto de pesquisa, o país detinha, no mês de dezembro do mesmo ano, 9.739.458 de desempregados, ou seja, 11,7% do total de pessoas no mercado de trabalho. Para o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – Dieese, encontravam-se desempregadas no mesmo mês 20,05% da População Economicamente Ativa – PEA ou 16.650.269 de pessoas. Tanto o resultado de uma pesquisa, como de outra, classifica o Brasil entre as nações com o maior número de pessoas desempregadas do mundo (MORETTO, 2004, p. 62).

Outra atividade impulsionada pelo crescimento da cidade de Florianópolis é a construção civil que também tem sofrido um aumento significativo. Em 1995, o percentual era de 3,9% e em 2001 o crescimento foi de 4,6%.

Porém, em alguns setores da economia, a participação no mercado vem sendo reduzida, como se pode verificar na tabela abaixo.

Tabela 06 – Atividades econômicas em que ocorreu redução no mercado

Subsetores IBGE	Participação setorial		
	1995	1998	2001
Indústria têxtil / vestuário	0,5%	0,3%	0,3%
Serv. Industriais utilid. Pública	3,9%	3,1%	1,7%
Instituições financeiras	4,0%	3,2%	2,8%

Fonte: Ministério do Trabalho: Rais, 1995 a 2000 e CAGED/Estimativas, 2001.

Elaboração: Instituto de Pesquisas Sociais (IPS) – FURB.

Conforme a referida pesquisa, observa-se que a diminuição nos subsectores citados, como indústrias têxtil/vestuário, serviços industriais de utilidade pública e instituições financeiras provocam, conseqüentemente, a redução de postos de trabalho, pois existe uma ligação direta entre a quantidade de atividades econômicas ativa e o mercado de trabalho.

A microrregião de Florianópolis concentra sua base econômica na capital e em São José, com rápida dispersão na Palhoça, ao longo da rodovia BR – 101. As duas primeiras cidades são pólos de serviços e de comércio, com um setor industrial embrionário localizado no distrito industrial de São José e pequenas indústrias espalhadas nos bairros dos dois municípios. Mas é no corredor entre Palhoça e Biguaçu, às margens da rodovia BR 101, em que vem se instalando um grande número de indústrias, comércios e serviços.

Os serviços, incluindo os privados e os públicos, refletem-se na força de trabalho formalmente ocupada na microrregião, perfazendo um percentual de 68,2% das pessoas que trabalham, segundo dados da pesquisa do Instituto de Pesquisas Sociais da FURB (2000).

A expansão urbana foi significativa, pelos dados censitários de 1996 e 2000; a microrregião de Florianópolis cresceu mais que o dobro da média do Estado, com uma taxa média anual de 5,49% .

A tabela abaixo indica a posição em termos populacionais dos municípios mais populosos do Estado, segundo o último censo realizado. São cidades que apresentam um expressivo número de indústrias, serviços e outras atividades.

Tabela 07 – Municípios mais populosos do Estado de Santa Catarina

Município	Posição
Joinville	1º lugar
Florianópolis	2º lugar
Blumenau	3º lugar
São José	4º lugar
Criciúma	5º lugar
Lajes	6º lugar
Itajaí	7º lugar
Chapecó	8º lugar
Jaraguá do Sul	9º lugar
Palhoça	10º lugar

Fonte: IBGE, 2000.

Percebe-se, com um olhar empírico, os grandes contrastes sociais na cidade. De um lado, construções suntuosas, grandes avenidas e de outro lado grandes cinturões de pobreza, caracterizados pelas inúmeras favelas existentes. Os dados das tabelas a seguir indicam que os problemas sociais existentes na maioria das cidades brasileiras também atingem Florianópolis.

Tabela 08 - População, renda *per capita* mensal, pessoas e famílias com renda insuficiente e pessoas pobres, segundo o meio urbano e rural, de Florianópolis - 2000

LOCALIDADE	POPULAÇÃO [N°]	RENDA PER CAPITA MENSAL [RS]	PESSOAS COM RENDA INSUFICIENTE		PESSOAS POBRES		FAMÍLIAS COM RENDA INSUFICIENTE	
			[N°]	[%]	[N°]	[%]	[N°]	[%]
Total	342.315	701,42	23.136	6,8	61.602	18,0	7.166	6,9
Rural	10.130	354,63	586	5,8	2.258	22,3	150	5,1
Urbano	332.185	712,00	22.550	6,8	59.334	17,9	7.016	7,0

Fonte: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente.

Tabela 09 - Indicadores de saúde, educação e renda, IDH-M, de Florianópolis - 2000

MUNICÍPIO	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER [ANOS]	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS [%]	TAXA BRUTA FREQUÊNCIA ESCOLAR [%]	RENDA PER CAPITA [RS/ MÊS]	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M)
FLORIANÓPOLIS	73,9	96,4	95,2	701,42	0,881

Posição em São Catarina –01

Fonte: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente.

Tabela 10 - Domicílios totais e com acesso aos serviços públicos de água, esgoto, coleta de lixo, energia e telefone, de Florianópolis - 2000

LOCALIDADE	DOMICÍLIOS [N°]	REDE PÚBLICA ÁGUA [N°]	ÁGUA NO DOMICÍLIO [N°]	ESGOTO [N°]	COLETA DE LIXO [%]	REDE ELÉTRICA [%]	TELEFONE [%]
TOTAL	103,820	90%	99%	48%	95	99	75
RURAL	2.955	61%	100%	2%	69	92	39
URBANO	100.865	91%	99%	49%	96	99	76

Fonte: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente.

Os indicadores sociais como renda *per capita* mensal e pessoas com renda insuficiente, apontados pelo Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina, em pesquisa realizada pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente (2000), no que se refere à Florianópolis, revelam que há 18% de pessoas pobres, porém o número de pessoas em condições de vida precária parece ser maior, devido ao número de 55 favelas existentes no município.

A referida pesquisa considera pessoas e famílias com renda insuficiente, tendo como parâmetro todas aquelas que garantem sua alimentação e tenham renda menor ou igual a R\$90,00 ao mês. Através das análises da tabela percebe-se a exclusão social na capital, desmistificando a imagem da cidade de que há um índice pequeno de pobreza e violência.

Os indicadores sociais que estão contidos nas tabelas não podem ser avaliados isoladamente, estes, sugerem a necessidade de melhoramentos em serviços essenciais como rede coletora de esgoto, que é um serviço extremamente fundamental nas vidas das pessoas. Considerando que a ausência de saneamento básico, além de ser uma questão ambiental, afeta seriamente a saúde das pessoas que vivem em torno das áreas que não possuem esse serviço.

A pesquisa revela que há 23.136 pessoas com renda insuficiente e 61.602 pessoas pobres. Estes dados levam-nos à reflexão de que essas pessoas estão concentradas em áreas de ocupações irregulares, ou seja, em favelas, que geralmente são precárias em serviços básicos.

Contudo, a pesquisa demonstra índices de melhoria em outras áreas sociais, como a taxa de alfabetização e um elevado percentual da taxa de expectativa de vida.

Em Florianópolis, estudo realizado pelo IPUF (1992), identificou 28 áreas carentes na ilha e 18 áreas no continente, com estimativa de 32.202 habitantes, 12,63% da população total do município.

O estudo ainda considera como áreas carentes aquelas resultantes de agrupamentos populacionais, onde cerca de 70% das famílias têm renda de até três salários mínimos e apresentam problemas na habitação, infra-estrutura sanitária e equipamentos urbanos⁴⁰.

Em relação ao percentual de favelas existente em Florianópolis, Saito (2004), em seus estudos indica que em 1987, a cidade possuía 29 favelas, em 2002, apresentou um total de 55, revelando um crescimento de 52% em quinze anos.

A dificuldade em apresentar o percentual existente de favelas está relacionada com a forma como é definida, pois diferentes conceitos são utilizados. O IBGE (2000) denomina

⁴⁰ Dados: Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul / IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000, p.80.

favela como aglomerados subnormais⁴¹, o Ministério das Cidades, por sua vez, utiliza a expressão assentamentos precários e em alguns documentos da Prefeitura de Florianópolis pode-se observar o uso dos termos ocupações irregulares e áreas carentes.

O Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina (2003) realizado pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente segue a metodologia do IPEA, ao classificar a pobreza. A linha de pobreza corresponde ao dobro da linha de indigência, portanto, entendem-se como pessoas pobres todos os têm renda per capita menor ou igual a R\$180,00.

Situada neste contexto socioeconômico, a organização do Acampamento Manoel Alves Ribeiro na região da Grande Florianópolis, expõe uma outra face da capital do Estado: a existência de favelas, de desempregados, revelando não só a beleza das praias e a tranquilidade muito divulgada pela classe interessada em manter a atual ordem social.

O aumento das favelas suscita outras questões sociais, como a violência urbana⁴² e o número crescente de famílias vivendo sem trabalho. Esses elementos abrem possibilidade para podermos compreender a presença do MST na cidade, fazendo trabalho de base nas periferias e buscando (re)inserir estas pessoas em sua trajetória de sua vida.

3.1.2 Características socioeconômicas do município de Palhoça

O município de Palhoça localiza-se a 15 Km de Florianópolis entre o litoral e a Serra do Mar. Sua história começa com a História do Brasil, quando Santa Catarina era habitada por duas tribos indígenas, a Tupi-Guarani e a Jê.

⁴¹ “Aglomerados subnormais (favelas e similares) é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casa), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedades alheias (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”.

⁴² Fonte: *A NOTÍCIA*, 18/09/2005. Trecho da reportagem: Em dez anos a criminalidade cresceu numa escala bastante superior ao crescimento da população na Grande Florianópolis. Em 1995, o homicídio era um crime raro e não chegava a dez ocorrências por ano. Atualmente o número é próximo de 200. Em 2004 houve 195 homicídios, uma morte a cada dois dias. Na Grande Florianópolis dos meados dos 90 havia pouco furto de automóveis, e hoje este crime é rotineiro, especialmente no campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bairros adjacentes. Nos últimos cinco anos aumentaram sensivelmente os assaltos a pessoas, residências e ao comércio. Nesta linha de crimes, quem mais tem sofrido são os frentistas dos postos de gasolina.

Palhoça pertencia ao Município de Florianópolis, passando à administração do município de São José em 1833, quando este último foi criado. Em 19 de outubro de 1906, Palhoça transformou-se em Comarca. Faziam parte dela os distritos de Palhoça, sede do município e da Comarca, Santo Amaro do Cubatão, Enseada do Brito, Teresópolis, São Bonifácio do Capivari, Santa Isabel, Anitápolis, Santa Teresa e ainda Garopaba, que de município se transformou em distrito de Palhoça. A vila de Palhoça foi elevada à categoria de cidade através da Lei 1245, de 22 de agosto de 1919⁴³.

A população do município vem crescendo, conforme os dados do último censo⁴⁴, mais que os outros municípios catarinenses, indicando a tendência da população rural em dirigir-se para a área urbana. Pelos dados censitários, o crescimento populacional de Palhoça foi de 5,95%.

Em Palhoça, os setores econômicos que se destacam são a construção civil, comércio varejista e atacadista e serviços alimentares e de alojamentos, possuindo os maiores acréscimos de empregos nestes setores.

Segundo a pesquisa do Instituto de Pesquisas Sociais da FURB, descreva que agricultura não tem expressão como emprego formal, porém tem importância na ocupação informal em Palhoça, uma vez que desenvolve o cultivo de produtos hortigranjeiros, como legumes e verduras, voltados para o comércio interno.

Devido à migração campo-cidade, as pequenas propriedades foram absorvidas por grupos de empresários e também por proprietários de terras com maior poder aquisitivo.

O município conta com uma área industrial denominada Parque Industrial Paulo Roberto Vidal, às margens da rodovia BR – 101. O parque industrial possui 28 empresas de ramos bastante diversificados como: móveis, vestuários, produtos químicos, produtos

⁴³ A respeito dos dados históricos de Palhoça, Disponível em: <[http:// www. Palhoça.sc.gov.br/cidade/origem](http://www.Palhoça.sc.gov.br/cidade/origem)>. Acesso em: 6 maio, 2005.

⁴⁴ IBGE. Censo demográfico, 2000. Palhoça recebe mais 4.667 pessoas de fora do município, consideradas não naturais de Santa Catarina.

náuticos, alimentos, pré-moldados, entre outros. Podemos analisar os aspectos sociais do município de Palhoça através das tabelas 11, 12 e 13, que indicam um panorama das desigualdades sociais presentes no município.

Tabela 11- População, renda *per capita* mensal, pessoas e famílias com renda insuficiente e pessoas pobres, segundo o meio urbano e rural, de Palhoça-2000

LOCALIDADE	POPULAÇÃO [Nº]	RENDA PER CAPITA MENSAL [R\$]	PESSOAS COM RENDA INSUFICIENTE		PESSOAS POBRES		FAMÍLIAS COM RENDA INSUFICIENTE	
			[Nº]	[%]	[Nº]	[%]	[Nº]	[%]
Total	102.742	299,79	9.701	9,4	30.673	29,9	2.412	8,7
Rural	4.828	203,91	639	13,2	1.703	35,3	206	15,8
Urbano	97.914	303,47	9.062	9,3	28.970	29,6	2.206	8,4

Fonte: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente.

Tabela 12 - Indicadores de saúde, educação e renda, IDH-M, de Palhoça-2000

MUNICÍPIO	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER [ANOS]	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS [%]	TAXA BRUTA FREQUÊNCIA ESCOLAR [%]	RENDA PER CAPITA [R\$/ MÊS]	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M)
Palhoça	74,8	93,5%	81,1%	299,79	0,816

Posição em São Catarina – 67

Fonte: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente.

Tabela 13- Domicílios totais e com acesso aos serviços públicos de água, esgoto, coleta de lixo, energia e telefone, de Palhoça - 2000

LOCALIDADE	DOMICÍLIOS [Nº]	REDE PÚBLICA ÁGUA [%]	ÁGUA NO DOMICÍLIO [Nº]	ESGOTO [Nº]	COLETA DE LIXO [%]	REDE ELÉTRICA [%]	TELEFONE [%]
TOTAL	27.667	89%	99%	3%	95	100	32
RURAL	1.305	54%	100%	0%	69	99	7
URBANO	26.362	91%	99%	3%	96	100	33

Fonte: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, 2003.

Os indicadores apresentados pelo Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina (2003), refletem uma desigualdade social. Na análise dos dados apresentados acima, percebe-se que 29,6% da população que vive na área urbana de Palhoça é considerada pobre e uma parcela significativa das pessoas que vivem na área rural encontra-se em uma situação de

pobreza, com uma renda mensal em torno de R\$ 203, 91. Apesar dos problemas sociais mais suscitados no município, um aspecto positivo que se destaca é o elevado percentual de adultos alfabetizados.

Outro dado importante é que a população rural não tem acesso à rede coletora de esgoto, ou seja, o saneamento básico é inexistente. E na área urbana apenas 3% da população tem acesso a um serviço considerado fundamental, pois a saúde perpassa pelo serviço de saneamento básico.

Observa-se que o município de Palhoça indica dados dos serviços públicos essenciais deficientes, e apresenta índice expressivo de pobreza, visto que a metodologia de pesquisa por si já é contraditória, uma vez que pessoa pobre, segundo a pesquisa, caracteriza-se por ter rendimento menor que R\$ 180, 00.

Em relação à existência de áreas carentes no município, estudo realizado pelo Ipea, UNICAMP, IE, NESUR e IPARDES, intitulado como: *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul* (2000), revela que em Palhoça, existem oito áreas carentes com 828 famílias, e apenas 5,6% delas são naturais do município.

Por um lado, a cidade apresenta um parque industrial desenvolvido e, por outro, conforme Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina, os dados sobre os percentuais da renda *per capita* indicam que uma parcela significativo da população vive na pobreza.

3.1.3 Características socioeconômicas do município de São José

O município de São José⁴⁵ com seus 115 Km² de extensão territorial (IBGE, 2000), localiza-se na área que compreende a grande Florianópolis. O crescimento urbano deste

⁴⁵ Os dados econômicos de São José apontados aqui estão baseados em uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Sociais da FURB em convênio com o SINE/SC – 2000, sobre ascensão e queda do emprego formal nas microrregiões de Santa Catarina.

município⁴⁶ gerou problemas sociais que resultaram na formação de favelas e cinturões de pobreza, abrangendo a periferia da cidade.

As famílias que migram para este município também são do interior do Estado, não diferenciando da realidade de imigração dos outros municípios da Grande Florianópolis. A proximidade geográfica com Florianópolis também é fator que atrai as pessoas para morar na região metropolitana. Sendo o valor dos imóveis elevados, isso empurram os migrantes a se instalarem nas proximidades da Capital, como em bairros afastados do centro de São José ou de Palhoça.

O crescimento habitacional improvisado, ou seja, casebres sem qualquer infraestrutura, aumentam à medida que mais pessoas desempregadas chegam ao município, contribuindo para o agravamento do problema urbano-social. Além do problema social provocado também pelo processo migratório, a falta de trabalho e a própria condição das pessoas de não terem como produzir sua sobrevivência na sua cidade de origem faz acreditar que num centro maior a possibilidade de trabalho é mais concreta, e isso contribui para o agravamento da pobreza no município de São José⁴⁷.

Pela posição geográfica da Capital, o município de São José desenvolveu uma dinâmica própria de crescimento populacional, expandindo-se horizontalmente. Em termos econômicos São José destaca-se em relação aos outros municípios da grande Florianópolis, pois é considerado aquele que mais cresceu economicamente nas duas últimas décadas. Sua

⁴⁶ IBGE. Censo Demográfico, 2000. São José recebeu 9.078 pessoas consideradas não naturais entre 1996 a 2000.

⁴⁷ A desigualdade de riqueza entre os municípios mais ricos e os mais pobres de Santa Catarina cresceu quase duas vezes e meia entre 1970 e 1996, segundo levantamento concluído no primeiro semestre, de 2005 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os dez municípios catarinenses mais ricos em 1970 tinham, em conjunto, um PIB de US\$ 2,9 bilhões, 93,6 vezes maior que os dez mais pobres. A diferença, em 1996 passou a ser de 230,4 vezes. Os dez municípios mais pobres no Estado apresentam características comuns: dependem da agricultura familiar e do Fundo de Participação de Municípios (FPM) para sobreviver, a arrecadação de ICMS é pequena; há poucas oportunidades de trabalho, o que faz com que os jovens migrem para as maiores cidades; e o movimento do comércio é muito fraco. Disponível em: <http://www.desigualdade.inf.br/midia/des_sctarina.htm>. Acesso em: 04 ago. 2005. A desigualdade e seu retrato em Santa Catarina (Jornal online *A Notícia*).

economia é diversificada, com maior peso na indústria e no comércio e menor nos serviços (DOMINGOS, 2000).

A distribuição de emprego pode ser verificada entre os setores industriais embrionários: construção civil, alimentos, bebidas, material elétrico, vestuário, metalúrgica e química. Destas indústrias a maioria situa-se no distrito industrial e ao longo da BR – 101.

Por ser uma cidade litorânea, também tem destaque para os serviços nos ramos de alojamento e de comunicação, especialmente pela qualidade na oferta de restaurantes e bares. O comércio varejista é relevante e cresceu bastante a sua participação na economia local nos últimos três anos, ao contrário do que vem ocorrendo com o comércio atacadista.

Embora o município de São José venha se destacando pelo setor econômico, apresenta problemas sociais característicos dos grandes centros urbanos. A tabela a seguir indica dados que confirmam a presença de cinturões de pobreza no município.

Tabela 14 -População, renda *per capita* mensal, pessoas e famílias com renda insuficiente e pessoas pobres, segundo o meio urbano e rural, São José-2000

LOCALIDADE	POPULAÇÃO [Nº]	RENDA PER CAPITA MENSAL [R\$]	PESSOAS COM RENDA INSUFICIENTE		PESSOAS POBRES		FAMÍLIAS COM RENDA INSUFICIENTE	
			[Nº]	[%]	[Nº]	[%]	[Nº]	[%]
Total	173.559	427,58	11.294	6,5	35.981	20,7	3.487	7,0
Rural	2.329	257,92	421	18,1	723	31,0	153	23,3
Urbano	171.230	425,24	10.873	6,3	35.258	20,6	3.334	6,8

Fonte: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, 2003.

De acordo com a tabela 14, do Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina (2003), 20,7% das pessoas que vivem em São José são consideradas pobres, destes 31,0% localizam-se na área rural. A rede coletora de esgoto ainda é um serviço precário, na área rural 1% das pessoas têm acesso a este serviço e na área urbana apenas 31%.

Tabela 15 - Indicadores de saúde, educação e renda, IDH-M, São José - 2000.

MUNICÍPIO	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER [ANOS]	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS [%]	TAXA BRUTA FREQUÊNCIA ESCOLAR [%]	RENDA PER CAPITA [RS/ MÊS]	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M)
SÃO JOSÉ	75,4	95,5	86,3	427,58	0,849

Posição em São Catarina – 11

Fonte: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, 2003.

Tabela 16- Domicílios totais e com acesso aos serviços públicos de água, esgoto, coleta de lixo, energia e telefone, São José - 2000

LOCALIDADE	DOMICÍLIOS [N°]	REDE PÚBLICA ÁGUA [N°]	ÁGUA NO DOMICÍLIO [N°]	ESGOTO [N°]	COLETA DE LIXO [%]	REDE ELÉTRICA [%]	TELEFONE [%]
TOTAL	49.972	96%	99%	31%	98	100	72
RURAL	657	34%	100%	1%	78	94	17
URBANO	49.315	97%	99%	31%	98	100	73

Fonte: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente.

Observa-se no município de São José que os principais serviços básicos, como rede elétrica, água e coleta de lixo abrangem quase toda a população, porém, no meio rural o serviço que menos atinge a população é a rede de esgoto, pois a porcentagem é de 1%.

As pessoas que vivem na cidade necessitam dos serviços de infraestrutura que dificilmente irão obter, devido ao fato de que não poderão pagar pelo acesso e pela manutenção deste serviço.

De acordo com o relato de um dos membros que organizaram o Acampamento Manoel Alves Ribeiro, as famílias que moravam na favela Frei Damião, em São José, viviam da catação do lixo e ao lado do esgoto a céu aberto. Essa condição de miséria em que as famílias viviam fez com que as mesmas buscassem, por meio de um movimento social, uma alternativa para alterar a realidade em que se encontravam.

A cidade de São José apresenta, segundo Herrmann (1999), problemas relacionados às desigualdades sociais que emergem como contradição ao crescimento econômico e cujas soluções em prol da redução são mais complexas.

3.2 O DESEMPREGO E A MISÉRIA

Viver numa situação de desemprego, sem sombra de dúvida, gera grandes preocupações na vida de qualquer pessoa. À medida que o fenômeno desemprego aumenta, suas conseqüências têm abrangência em todas as camadas sociais da sociedade. Isso acarreta efeitos de toda ordem, como a queda no padrão de vida e/ou a impossibilidade de produção da subsistência.

Diante do aumento do desemprego, a produção da subsistência humana torna-se cada vez mais difícil e precária, elevando assim os níveis de pobreza e de miséria. Isso pode ser observado no aumento das favelas nas cidades e na quantidade de pessoas que vivem na miséria. Segundo Mattoso (2000), o equivalente a 35% da população brasileira vive, atualmente, abaixo da linha de pobreza.

O autor ainda analisa que ao longo dos anos 1990 foram extintos cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira, processo este decorrente, principalmente, da inserção da automação e das tecnologias digitais no interior das fábricas.

As questões que envolvem o problema do desemprego têm sido motivo de preocupação entre pesquisadores da área social e econômica. Essas reflexões buscam dar ênfase nas transformações do mundo do trabalho que vêm provocando cada vez mais o aumento do desemprego.

O capital desenvolve formas industrializadas de produção, que pressupõem a força de trabalho como indispensável à produção da mais-valia e que, ao mesmo tempo, a descarta. Ou seja, afirma e nega o trabalho. Em síntese, podemos entender que o capital necessita da força

de trabalho para ampliar sua acumulação e, por outro lado, a descarta quando o excedente não lhe interessa.

Como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro, como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua (MÉSZÁROS, 2002, p.341).

Compreendermos que o desemprego é inerente à lógica capitalista e o processo de modernização implementado pelas indústrias, através dos avanços da tecnologia e da ciência que reduz os postos de trabalho, são elementos que contribuem para o crescente aumento do desemprego em escala mundial.

O problema é que, ao mesmo tempo em que se projetam (e se adiam) pseudoemergências e catástrofes determinadas pela natureza, a “explosão populacional” realmente ameaçadora – a tendência irresistível de desemprego crônico em todos os países – é ignorada e completamente deturpada. É como se fosse devida à “aparência de leis naturais” Assim, uma vez que se ignoram os parâmetros estruturais dados e as limitações do sistema sob o qual operam as forças produtivas humanas e materiais (inclusive, evidentemente, as forças produtivas científicas e tecnológicas), os únicos remédios aceitáveis – no caso de se reconhecerem os perigos da instabilidade – são, mais uma vez, os que puderam ser considerando externos à dinâmica social real, com o que se tenta prender a tampa na panela enquanto se atíça o foco responsável pelo aumento da pressão (MÉSZÁROS, 2002, p. 321).

Essa citação possibilita-nos a refletir sobre a questão do desemprego, pois esse é um fenômeno social, que sob a lógica capitalista, está além das tecnologias implantadas nas indústrias que aos poucos substituem as forças de trabalho numa esfera mundial.

Embora a tecnologia desenvolvida não tenha como finalidade substituir a força de trabalho humana, a lógica do sistema capitalista, que visa o aumento cada vez maior da mais-valia, utiliza a tecnologia no sistema produtivo com o objetivo de aumentar a sua produtividade. Ao aumentar a produtividade, a tecnologia dentro desta lógica, substitui gradualmente a força de trabalho humana, resultando num contingente cada vez maior de desempregados. Além de substituir a força de trabalho, o uso das tecnologias digitais e

automatizadas requer o desenvolvimento de habilidades para o seu uso. Habilidades estas que são recentes no mercado de trabalho e que requerem uma qualificação permanente do trabalhador no uso dessas novas maquinarias do setor produtivo.

Assim, o trabalhador que sai do campo em busca de trabalho nas fábricas, se depara com duas situações excludentes: a maquinaria que o substitui nas fábricas e a falta de qualificação necessária para o uso dessas tecnologias, tanto no interior do setor produtivo quanto no setor de serviços, que exige cada vez do trabalhador a sua qualificação para o uso de tecnologias informatizadas, por exemplo.

A inserção da maquinaria no setor produtivo é um marco da sociedade moderna, que ocorreu juntamente com a formação das primeiras fábricas nas cidades européias, como a Inglaterra, considerada o berço da Revolução Industrial no século XVIII. Sob a lógica do capital, a maquinaria tende a ser utilizada no setor produtivo para aumentar a produtividade, nem que para isso seja necessário substituir, a força de trabalho humana pela máquina. Como analisa Marx:

A máquina da qual parte a revolução industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que ao mesmo tempo opera com certo número de ferramentas idênticas ou semelhantes àquela, e é acionado por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma (1983, p. 429).

Em decorrência do aumento do desemprego, movimentos de trabalhadores iniciaram um movimento buscando combater o próprio instrumento de trabalho, porque acreditavam ser a máquina a responsável pela perda de seus empregos. Um dos movimentos mais conhecidos desse período de manifestações contra a maquinaria é o movimento luddista.

A enorme destruição de máquinas nos distritos manufatureiros ingleses durante os primeiros 15 anos do século XIX, provocada principalmente pelo emprego do tear a vapor, conhecida pelo nome de movimento luddita, proporcionou aos governos antijacobinos de Sidmouth, Castleragh e Quejandos o pretexto para as mais reacionárias medidas de violências (MARX, 1983, p. 490).

A tecnologia introduzida no setor produtivo é um dos fatores que contribui para o aumento do índice de desemprego, produzindo o assim chamado “exército industrial de reserva” como afirma Marx no Manifesto Comunista (1998), pois sob a lógica do capital as mudanças implementadas no setor produtivo visam somente o aumento do lucro, por meio da mais-valia, mesmo que para isso seja necessário aumentar consideravelmente o número de trabalhadores desempregados que vivem na linha da pobreza.

A década de 1980, no Brasil, foi marcada por uma mudança significativa na relação entre trabalhador e tecnologias produtivas. Foi uma década marcada pela evolução tecnológica, pela automação, pela robótica e pela microeletrônica.

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 1999, p. 15).

O desemprego tornou-se um fantasma que preocupa qualquer indivíduo que está inserido no processo produtivo, como também aqueles que estão fora do mercado de trabalho. A classe trabalhadora sofre as conseqüências das mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, como a ampliação do trabalho informal⁴⁸, a intensificação do trabalho precarizado e o empobrecimento do trabalhador.

Essa evolução do desemprego resulta em crescentes contingentes de trabalhadores marginalizados da atividade produtiva, com grande desperdício da força de trabalho e aumento de uma das formas mais perversas de exclusão social. Estar desempregado priva o indivíduo do seu principal meio de sobrevivência, da sua realização profissional, de canais básicos de convivência na sociedade moderna. E pode até comprometer sua identidade como trabalhador pertencente a uma categoria ocupacional e membro de uma classe social (DIEESE, 2001, p. 53).

Para Matttoso (1999), o desemprego atinge nas grandes cidades três a cada cinco trabalhadores que estão na ativa. Ao lembrarmos que ocorreu um aumento considerável das favelas nos grandes centros urbanos, esta questão remete à reflexão que os dois eixos – desemprego e miséria - estão intimamente interligados.

Existem favelas, atualmente no Brasil, em 98% das cidades com mais de 500 mil habitantes; nas cidades de 100 a 500 mil habitantes totalizam 80% e naquelas que possuem de 20 mil a 100 mil habitantes, esse número chega a 45%. Os autores ainda destacam que 20% das cidades com população inferior a 20 mil habitantes possuem favelas (ROLNIK e FERNANDES *apud* SAITO, 2004, p. 59).

Se o aumento do desemprego nas últimas décadas cresceu de forma espantosa⁴⁹, paralelo a isso também se observa, no mesmo período, o crescimento das favelas e da pobreza. Segundo Mattoso (1999), o IPEA considera que cerca de 35% da população brasileira encontra-se abaixo da linha de pobreza, e que além desses, há aqueles ainda numa situação mais precária, considerada de miséria absoluta.

O desemprego também gera uma outra situação, que é a precarização do trabalho, considerado por Antunes (1999) como precariedade do emprego, desregulamentação das leis trabalhistas, ausência de direitos sociais e de proteção sindical.

O Brasil nunca conviveu com um desemprego tão elevado. Tampouco com um grau crescente de deterioração das condições de trabalho, com o crescimento vertiginoso do trabalho temporário, por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, os milhares de bicos que se espalharam pelo país (MATTOSO, 2000, p. 9).

⁴⁸ Segundo as pesquisas do IBGE ou do DIEESE-SEADE, hoje mais de 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontram em algum tipo de informalidade, grande parte sem registro e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro-desemprego e FGTS (MATTOSO, 1999, p. 16).

⁴⁹ Ao longo dos anos 90 foram queimados cerca de 3,3 milhões postos de trabalho formais da economia brasileira, sendo que desde o governo de Fernando Herinque Cardoso, foi contabilizada uma queima de nada menos de 1,8 milhões de empregos formais, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados (CAGED), do Ministério do Trabalho. Até maio de 1999 a indústria de transformação reduziu seus empregos formais na década em cerca de 1,6 milhões (cerca de 73% do que dispunha em 1989) e os subsetores mais atingidos foram os das indústrias têxteis (-364 mil), metalúrgica (-293 mil), mecânica (- 214 mil), química e produtos farmacêuticos (-204 mil) e material de transporte (- 92 mil). A construção civil viu desaparecer cerca de 322 mil empregos formais. O comércio também foi duramente atingido (-294 mil). O setor financeiro reduziu sua mão-de-obra formal em cerca de 354 mil empregos (MATTOSO, 1999, p. 18).

O desemprego atinge todas as cidades, as pequenas e as grandes, os espaços rurais e os urbanos, levando os trabalhadores e suas famílias a migrarem com uma intensidade cada vez maior. Conforme Pochmann (2004, p. 95), “as cidades revelam-se que aquelas, mais do que centros geradores de riqueza e de decisão são também visíveis reprodutoras de exclusão social”.

Diante desta realidade social, trabalhadores que se encontram à margem do sistema produtivo, começam a perceber que somente organizando-se coletivamente é possível buscar uma outra forma de produzir a vida, pois muitos destes jamais voltarão a ter emprego. Neste sentido, o capítulo seguinte aborda o processo de formação e a constituição do Acampamento Manoel Alves Ribeiro.

4 O ACAMPAMENTO MANOEL ALVES RIBEIRO

(...) Sonhar com água doce na cacimba no açude. Sonhar com a juventude, às margens do rio perfeitas. Sonhar com as boas colheitas das lavouras irrigadas, com a água à beira da estrada, que nos leva até ao futuro. Sonhar também com ar puro, no beijo da namorada. É preciso sonhar mais: sentir de perto o distante, aproximar o horizonte e surpreender a utopia, que chega um pouco por dia em cada passo caminhando. Sonhar com o céu nublado prometendo água nova, com as sementes nas covas, nascendo um povo mudado (...).

4.1 A CONSTITUIÇÃO DO ACAMPAMENTO

O relato de algumas lideranças e pessoas⁵⁰ envolvidas na organização do Acampamento Manoel Alves Ribeiro possibilitou a reconstituição do processo de ocupação numa área localizada nas margens da BR-101, e das famílias que se juntaram ao MST com a perspectiva de construir uma trajetória que proporcionasse melhores condições de vida.

As periferias das cidades tornam-se o lugar onde a maioria das pessoas desenraizadas do campo se concentram, e Florianópolis como faz parte de um grande centro urbano, recentemente foi palco de um acampamento organizado pelo MST. A singularidade do

⁵⁰ Os nomes dos entrevistados são fictícios, para preservar a sua identidade pessoal e também para não comprometer nenhuma das pessoas que cederam as informações. Cabe lembrar que para essa pesquisa foram entrevistadas sete pessoas, das quais três são lideranças do MST e uma pessoa que faz parte da base do movimento; uma pessoa do movimento sindical; duas pessoas do movimento popular e uma pessoa que não participou da organização do Acampamento, porém contribuiu com a aproximação do MST com o movimento sindical urbano, desde 1988.

acampamento consiste nos sujeitos que são oriundos de favelas de São José e Palhoça, desempregados urbanos.

Esse fato reflete uma realidade social em que os trabalhadores rurais não conseguem inserir-se na produção no campo e acabam submetendo-se à proletarização e à favelização nas cidades. Conforme sugere Martins (2000, p.16), “o capitalismo abandonou na beira da estrada do progresso multidões de deserdados e sem destino, mergulhados em formas perversas de sobrevivência”.

A ocupação torna-se uma forma de resistência desses deserdados. Assim, o Acampamento Manoel Alves Ribeiro⁵¹, resultou de uma organização realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e com apoio de diversas categorias urbanas. No dia 13 de julho de 2002 ocorreu a ocupação da área onde foi montado o Acampamento, com aproximadamente 50 famílias, cerca de 250 pessoas. Essa população cresceu chegando a totalizar em torno de 120 famílias.

A construção do Acampamento se deu de forma singular. Na comunidade Frei Damião, em São José, havia um grupo de doze famílias inscritas no Banco da Terra⁵². Ao perceber que não iriam obter a terra através do cadastramento feito no correio, as famílias uniram-se ao MST para realizar uma ocupação.

As famílias envolvidas nesse processo tomam conhecimento através da televisão sobre uma ocupação no município de Gaspar, no norte do Estado e buscam articular com o MST um acampamento na grande Florianópolis. Segundo o depoimento de um dos entrevistados,

⁵¹ O nome do acampamento é uma homenagem a Manoel Alves Ribeiro, um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina.

⁵² Banco da Terra é uma política oficializada em 1999 pelo governo FHC para compra de terras, destinada à implantação de assentamentos rurais. O banco estabelece uma linha de crédito fundiário, controlada pelo BNDES, que também contará com recursos do Banco Mundial. Com essa política, o governo restringirá as desapropriações à região Norte, favorecendo ainda mais os latifúndios, que receberão dinheiro à vista pelas terras vendidas. O latifúndio deixa de ser penalizado por não cumprir com sua função social, conforme exige a Constituição, e torna-se um ativo financeiro. Assim, o governo FHC descaracteriza de vez a reforma agrária e mercantiliza a questão agrária (STEDILE & FERNANDES, 2000, p. 141).

Algumas famílias viram uma entrevista na televisão sobre o acampamento em Gaspar e procuraram as lideranças do Movimento que lá se encontravam para vir fazer uma conversa dentro da favela sobre a possibilidade de realização de um acampamento sob a bandeira do MST. Essas famílias que procuraram, primeiramente, o acampamento em Gaspar haviam se inscrito pelo Banco da Terra, programa criado pelo Governo Federal para assentar famílias, que na verdade tinha como objetivo acabar com as ocupações de terra, desmotivando os agricultores. (Depoimento de Danilo).

Diante da situação de impossibilidade de acesso a terra, existia na favela um grupo de pessoas que desejava alterar a realidade social em que vivia. Vejamos o que relata um dos entrevistados:

O MST se organiza para ir até as comunidades através das famílias e as reuniões passam a acontecer, e duram em torno de 45 dias. Foram diariamente reuniões nas casas das pessoas e depois no coletivo. As pessoas eram principalmente oriundas do campo na grande maioria, e estavam algumas delas há 20, 30 anos na situação precária em Florianópolis ou nos bairros periféricos. A própria comunidade já interessada em buscar alternativa, viu no MST uma alternativa e através desse contato inicial e com participação dos representantes da comunidade e do MST começou a aglutinar pessoas, que foi definido um local provisório para que as pessoas fizessem o acampamento. (Depoimento).

Assim ocorreu a ocupação na margem da BR-101 no Km 222, em Palhoça-SC. Conforme o mapa 2, a área ocupada estava localizada dentro dos limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Este Parque foi criado em 1976 e ocupa cerca de 1% do território do Estado. Os municípios que abrangem a área são Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes.

Das bacias hidrográficas que se distribuem por todo o Parque e regiões periféricas, temos Rio Cubatão que nasce na Serra da Garganta e circunda próximo aos limites norte do Parque, tendo como tributário um dos mais importantes rios, por abastecer água para a Grande Florianópolis. Também há o Rio Massiambú que nasce na encosta da Serra do Cambirela, onde os acampados buscavam abastecer de água o Acampamento por meio de uma mangueira.

A geografia do Parque está dividida entre formações rochosas que datam do período Cambriano e Planícies Quaternárias. A formação vegetal do Parque é caracterizada por Floresta Ombrófila Densa.

O Acampamento Manoel Alves Ribeiro estava disposto entre a planície e os morros do Parque. Neste local havia grandes quantidades de matacões (rochas isoladas), as quais dificultavam a construção dos barracos e as atividades de agricultura de subsistência.

Para a construção dos barracos de lona foi necessário remover grande parte dos matacões, lixos e vegetações herbácea ou de capoeirinha (vegetação que alcança cerca de 1 metro de altura). De acordo com depoimento de Igor, “as grandes árvores não foram cortadas, foi cortado o mato mais baixo com facões”. Este trabalho foi realizado manualmente pelos próprios acampados e demais apoiadores, como as lideranças do MST e entidades urbanas.

Os primeiros barracos foram construídos na madrugada de 13 para 14 de julho de 2002, sendo que as demais estruturas foram erguidas nos dias decorrentes e conforme as necessidades das famílias que neste ambiente se instalaram.

Após da ocupação às margens da BR- 101 ter sido concretizada, a preocupação foi a de viabilizar os alimentos, cobertores, roupas e demais utensílios domésticos. Também não era possível desenvolver a agricultura de subsistência em virtude das condições desfavoráveis do terreno. Assim, tudo o que foi consumido no Acampamento e a construção dos barracos de lona preta foi doado pelas entidades apoiadoras e pelas campanhas de sensibilização que foram realizadas junto à sociedade civil.

Nos primeiros acampamentos do MST em Santa Catarina, salientamos que muitas famílias levavam o que tinham com elas, em termos de pertences pessoais e domésticos, além de alimentos para o início do acampamento. Esta situação difere-se da atual e, especialmente, deste acampamento na cidade, em que as famílias já não têm quase mais nada para levar consigo.

As famílias que constituíram o Acampamento são oriundas das favelas Frei Damião, em São José, e Brejarú, em Palhoça (mapa de localização 1). A maior parte das famílias têm sua origem na agricultura, ainda que há cerca de 10 a 20 anos estão vivendo na cidade. “Cerca de 90% das famílias que estavam vivendo na favela eram oriundas da região do Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná e também Noroeste do Rio grande do Sul” (Depoimento de Danilo).

Figura 01 - Acampamento Manoel Alves Ribeiro



As histórias de vida dessas famílias assemelham-se no que diz respeito à sua trajetória, ao relatar as razões que as levaram a migrar do interior do Estado e de outro Estado de sua origem, segundo os organizadores do acampamento. Algumas famílias já tinham passagem por acampamentos do MST, a saída delas foi movida pela ilusão de que nos grandes centros urbanos, as possibilidades de conquistar melhores condições materiais de vida seriam maiores.

O motivo das famílias terem saído dos acampamentos anteriores se me lembro, está relacionada à busca de uma opção de emprego, educação e saúde, necessidade que na região oeste está desprovida, e até mesmo a busca pelo emprego acreditando que vender sua força de trabalho na cidade ia resolver seus problemas, quando na verdade gerou mais dificuldades para essas famílias. (Depoimento de Danilo)

A ocupação no município de Palhoça, organizada pelo MST, se concretizou a partir das necessidades materiais e da absoluta ausência de perspectiva de vida das famílias envolvidas.

O Acampamento Manoel Alves Ribeiro constituiu-se de desempregados urbanos, sendo que a maioria sobrevivia da catação do lixo. De acordo com o jornal *A Notícia* (15/07/2000, A11), no loteamento Frei Damião, há cerca de três mil moradores, sendo que 80% trabalham na catação ou separação do lixo, atividade que rende muito pouco, em torno de R\$100,00 mensais para cada trabalhador.

A maior parte das favelas vivia, e vive até hoje, acredito, da catação de lixo, aí lixo das mais variadas formas, muitos sobrevivem até explorando o lixão, vivendo em cima do lixão catando restos para poder se manter, e outro de emprego temporário, nada fixo. (Depoimento de Danilo).

A inexistência de trabalho gera problemas sociais de toda ordem, a condição de não ter como pagar para morar é uma das conseqüências da falta de trabalho.

Dentro das fronteiras de cada grande metrópole concentram-se riqueza e pobreza extrema, altíssima e baixa escolaridade, bairros com população envelhecida e periferias repletas de crianças, sonhos de quem chega e realidade dura de locais quase sem oportunidades (POCHMANN, 2004, p. 95).

A pesquisa realizada por Saito (2004) e Herrmann (1999) na grande Florianópolis, expõe uma realidade de pessoas que migram do interior do Estado para a capital, com a ilusão de melhores condições de vida mas que acabam morando em áreas consideradas de risco, ou seja, áreas sujeitas a alagamentos e escorregamentos.

Assim, percebe-se que Florianópolis segue uma tendência nacional dos grandes centros urbanos, tornando-se fator de atração para as pessoas que acreditam encontrar maiores possibilidades de trabalho. Da mesma forma, as favelas seguem crescendo em todo o território brasileiro com precárias condições de infra-estrutura, como saneamento básico e gerando mais problemas para as famílias que residem naquele local. Como salienta um dos organizadores do acampamento “as famílias eram pobres no meio rural, na cidade tornaram-se miseráveis”.

As favelas Frei Damião em São José e Brejarú em Palhoça configuram uma realidade em que se encontram a maioria das favelas do país. “Não há saneamento básico, calçamento ou creche, apenas uma escola municipal, o Grupo escolar Frei Damião” (A **Notícia**, 15/07/2002). Outro aspecto é que as famílias que constituem as favelas são oriundas do interior, principalmente de ex-trabalhadores rurais. Vallarares e Medeiros (2003), em seus estudos sobre as favelas do início do século XX, identificam que a origem da maioria das pessoas que vivem em favelas é rural.

As dificuldades econômicas na cidade, como pagar aluguel⁵³, alimentar-se, cuidar da saúde, dos filhos, conviver com a violência, levam os trabalhadores a pensar na possibilidade de retorno ao campo. Essa reflexão está presente na trajetória de outros acampados.

A trajetória da família de Salvador Pinheiro não era muito diferente. Antes de entrar na reserva indígena de Nonoai, ele trabalhara como operário em Porto Alegre e, diante das dificuldades financeiras e da exploração, retomara as atividades agrícolas na reserva indígena (MARCON, 1997, p. 70).

Dessa forma, a situação vivida pelo Salvador Pinheiro que acampou na reserva Nonoai, não difere da realidade social das famílias que se juntaram ao MST. Assim, é possível perceber a relação que se estabelece entre a favela e o MST.

O Acampamento Manoel Alves Ribeiro difere dos outros acampamentos organizados pelo MST, compostos essencialmente por assalariados rurais, bóias-frias, agricultores que perderam suas terras e arrendatários. Atualmente as famílias que constituem os acampamentos são também oriundas de favelas.

Nos últimos vinte anos, desde a fundação do MST, as famílias participantes das ocupações têm se diferenciado. Na década de 1980, as famílias sem-terra participantes das

⁵³ A Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab/SC) estima déficit habitacional na Grande Florianópolis de 21.075 moradias para famílias com baixa renda, principalmente em São José e Palhoça, dois dos municípios com as maiores taxas de crescimento populacional nos últimos anos. Fonte: Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul / IPEA, IBGE, UNICAMP / IE / NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000, p. 80.

ocupações eram predominantemente de origem rural. Com a intensificação da mecanização da agricultura e com o desemprego estrutural, na década de 1990, nos acampamentos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a participação de trabalhadores de origem urbana aumentou (FERNANDES, 2004, p. 3).

Os acampamentos organizados pelo MST refletem uma realidade social em que uma parte da população vive do subemprego ou na sua maioria está desempregada, o que revela uma situação dramática nos dias de hoje, em que não há trabalho para todos, muitos são os sobrantes, sem lugar nesta sociedade. Conforme o relato de Bento, uma das pessoas que participou das reuniões na favela e ajudou a organizar o acampamento, o desemprego é um dos elementos que contribuiu para a organização da ocupação:

Os acampamentos tanto de Gaspar como o de Palhoça são reflexos do desemprego. Não tenho dúvida nenhuma que além do desemprego, o sistema neoliberal exclui cada vez mais, conseqüentemente mais pobre, menos renda para o trabalhador, as categorias não conseguem mais se mobilizar, gerando dentro da sociedade a marginalização. Outros pensam em alternativas que vem a partir de quando o Movimento chegou na Palhoça. De acordo com depoimento de Pedro, quando ocorreu o acampamento “*havia uma proposta de produção de hortifrutigranjeiros que se destinasse à própria região, plantar vários produtos que a capital necessita*”.

Na perspectiva de conquistar terra próxima à região, decorreu a organização do Acampamento. Portanto, inicia-se um trabalho de base na comunidade com convite às pessoas que desejam ingressar na luta pela reforma agrária. Acontecem reuniões nas periferias⁵⁴ como formas da inserção do Movimento nos centros urbanos. O MST, por meio

⁵⁴ Na revista Caros Amigos, em edição especial “Reforma Agrária Vai ou não Vai?”, (setembro de 2003, p. 17), há depoimento de integrante do MST a respeito do Movimento nas favelas. “O MST tem ido a comunidades carentes atrás de pessoas que queiram integrar o Movimento e se mudar para os acampamentos espalhados pelo Brasil afora”.

do diálogo com as comunidades, revela o significado de sua existência e busca na cidade expandir-se e, assim, espacializar e territorializar a luta pela reforma agrária.

Desta forma, o Movimento é desafiado a construir novas estratégias de organização e luta, unindo-se à cidade e buscando desmistificar a sua imagem negativa construída pela mídia. Essa reflexão está presente na análise de um dos integrantes da organização do acampamento de Palhoça.

Tendo o desempregado e a criminalidade fica mais fácil a sociedade colocar a repressão, dificultando a busca de uma vida melhor. Então, esse era um dos objetivos do Movimento, e está vindo isso a tona em Florianópolis e veio por um ano a gente ficou naquele acampamento e aquilo se tornou um centro de formação com os outros movimentos sociais e que veio a trazer uma grande contribuição para a grande Florianópolis na época e até hoje, desmistificando o MST dentro das comunidades. (Depoimento de Bento).

O Acampamento Manoel Alves Ribeiro torna-se um exemplo de que o MST está presente nas periferias das cidades. A luta das pessoas que buscam melhores condições de vida materializa-se através do acampamento. Assim, a construção do coletivo que o acampamento representa é uma forma de ressocialização das pessoas que vivem na favela.

A tônica que moveu a organização do acampamento foi a construção de uma identidade coletiva em que esses trabalhadores assumissem a bandeira da ocupação da terra, assumindo um projeto de vida que é o regaste da dignidade, da auto-estima. (Depoimento de Danilo).

O processo de construção do sujeito perpassa pela luta do MST, essas pessoas desprovidas materialmente das condições de sobrevivência, necessitam ser reconhecidas como ser social.

A formação do sem-terra não se dá pela assimilação de discursos, mas, fundamentalmente, pela vivência pessoal em ações de luta social, cuja força educativa costuma ser proporcional ao grau de ruptura que estabelece com padrões anteriores de existência social destes trabalhadores e destas trabalhadoras da terra, exatamente porque isto exige a elaboração de novas sínteses culturais (CALDART, 2000, p. 106).

Pertencer a um movimento social assume uma outra dimensão para essas famílias que vivem em favelas, a condição de se ver como sujeito social pode ser observada pelo relato de uma mulher e liderança que organizou o acampamento.

Ao levar uma senhora doente ao posto de saúde, é prontamente atendida, porém em outros momentos quando ela precisou, o atendimento foi diferente. Depois de atendida destratou os médicos, quando questionada relatou que agora que estava no acampamento trataram bem, o que não acontecia anteriormente quando vivia na favela. (Depoimento de Danilo).

Passar a viver como acampado não deixa de ser uma realidade difícil, viver debaixo de uma lona preta exige persistência em querer mudar a realidade da favela. Conforme Alves (2001, p.73), “os barracos são expostos ao frio e ao calor, não possuem energia elétrica, nem água canalizada, as roupas são lavadas em tanques (construídos pelos acampados)”, essa situação torna as condições de vida mais precárias.

No entanto, o acampamento torna-se um espaço coletivo em que as famílias acreditam na possibilidade de construir, por meio da conquista da terra, uma alternativa para sair da condição de miséria. Apesar de todas as dificuldades, o acampamento significa perspectiva concreta de transformar as condições de vida.

4.2 AS CRIANÇAS

Um olhar que deve ser considerado é o das crianças, pois elas expressam como é a vivência no acampamento, através de brincadeiras e atividades lúdicas.

O Movimento inclui no seu projeto de transformação a preocupação pelas crianças, que pode ser percebido de diversas formas. Uma delas é quando ocorre a ocupação e umas das primeiras preocupações é com a organização da escola. Conforme Caldart (2000, p. 146), “ao analisar a história da educação (escolar) nos acampamentos e assentamentos é possível

afirmar também que a relação entre os sem-terra e a escola é, ao mesmo tempo, geradora e produto do trabalho do MST neste campo”.

Uma das grandes preocupações do Movimento, tão logo seja acampado ou assentado, é a preocupação com a educação. Então logo de início, após a ocupação nós buscamos no governo do Estado e do município para viabilizar uma escola para as crianças e tivemos muitas dificuldades, porque tanto o governo do Estado e do município não permitia que fosse realizada uma escola dentro do acampamento. (Depoimento de Pedro).

O Acampamento Manoel Alves Ribeiro, na Palhoça, apresentou a preocupação em organizar uma escola e contou com ajuda de uma pessoa (estudante do curso de pedagogia da UFSC)⁵⁵ que se dispôs a realizar o trabalho pedagógico sem remuneração, apenas com auxílio das doações para manter o professor.

Apesar dos obstáculos foi inaugurada a escola das crianças, que se concretizou por meio de doações do material para construção da escola e material didático para as crianças.

Enquanto ocorriam negociações com a Secretaria de Educação do Município para que fosse legalizada a escola, as crianças deram continuidade ou iniciaram seus estudos com um educador do Movimento. “Algumas crianças não estavam estudando, mas no acampamento voltaram a estudar” (Depoimento de João). Assim, percebe-se a ausência escolar na vida de algumas crianças, segundo Caldart, (2000, p.147), “o mesmo modelo de desenvolvimento que gera os sem-terra também os exclui de outros direitos sociais, entre eles o de ter acesso à escola”.

As condições da escola mesmo sendo precárias, um barraco de lona e bancos de madeira que foram doados e não possuindo material didático necessário, ainda assim pode ser

⁵⁵Atualmente continua vivendo em acampamento do MST e faz curso de Pedagogia no ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária), em Veranópolis, Rio Grande do Sul. O ITERRA foi criado em janeiro de 1995, em um seminário cedido pelos freis capuchinos, e é coordenado pela Concrab. Oferece também cursos técnicos ligados à produção e à administração rural, como o supletivo de TAC (Técnico em Administração de Cooperativas), que tem equivalência de ensino médio e é reconhecido pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). Fonte: Morissawa, 2001, p. 243.

considerada um espaço construído para as crianças estarem incluídas no processo de aprendizagem.

Figura 02 – Organização da escola



Por meio do espaço escolar as crianças expressavam como se sentiam no Acampamento e como foi a experiência de viver na favela. Apesar da precariedade de infraestrutura no acampamento, elas enfatizavam que preferiam estar naquele local. “Relatavam que na favela ocorriam muitas mortes, brigas por pouca coisa, eram muito fortes os comentários sobre morte. Afirmavam que gostavam muito mais do acampamento” (Depoimento de João). A insegurança no cotidiano das famílias na favela era algo presente em todos os momentos, e esse sentimento refletia-se diretamente na vida das crianças.

4.3 A ORGANIZAÇÃO

O Acampamento Manoel Alves Ribeiro, organizado no município de Palhoça, conforme relato de Pedro, “teve apoio de inúmeros sindicatos, movimentos sociais, pastoral da Igreja; e como o MST é um Movimento desprovido financeiramente, a viabilidade do Acampamento se deu pela maior parte dos sindicatos que apoiaram na alimentação e na construção dos barracos durante o período”.

As entidades que apoiaram o Acampamento foram a Pastoral da Igreja, Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados de Santa Catarina, Sindicato dos Bancários de Florianópolis, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis, Sindicatos dos Professores Regionais da Grande Florianópolis, Sindicato dos Servidores Públicos da Grande Florianópolis, Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina, Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, Sindicato dos Motoristas de Transporte Urbano e estudantes da Universidade e Professores, além de pessoas solidárias com os acampados.

A união do MST com os Sindicatos vem desde 1988, quando na ocasião o Movimento ocupou em Florianópolis a escadaria da Catedral, reivindicando liberação de terras para assentamentos.

Essa aproximação foi possível com a iniciativa de um sindicalista que iniciou a aproximação dos trabalhadores rurais com os trabalhadores urbanos, através dos sindicatos. De acordo com relato de Antônio, “a perspectiva de recuperar o conceito de classe trabalhadora, foi o fator que impulsionou a união dos trabalhadores, sejam rurais, catadores de lixo ou engenheiros. Todos fazem parte da classe trabalhadora”. E ainda acrescenta “que o trabalhador, independente da sua função que exerce, a partir do momento em que qualquer

trabalhador está sendo prejudicado, continua sendo trabalhador, por isso merece a solidariedade e o apoio da classe trabalhadora”.

A grande massa de trabalhadores localizados nas periferias das cidades, alojadas nas favelas e nos cortiços, são trabalhadores rurais. Havendo uma possibilidade de reativar o desenvolvimento do campo, pautado pela agricultura familiar, agricultura camponesa via assentamentos da reforma agrária, com certeza boa parte dessa população retornaria ao campo. Com isso ficou evidente para o MST a organização do acampamento na Palhoça. (Depoimento de Danilo).

Podemos atribuir à necessidade de sobrevivência, impossibilitada pela ausência de emprego, o forte fator que impulsionou as famílias a buscar coletivamente uma organização para possível conquista da terra. “O acampamento se deu pela necessidade e pelo desemprego. O papel do Movimento nesse sentido foi fazer o elo entre os desempregados e aqueles que desejam voltar para o campo”, segundo Bento.

Figura 03 – Organização do Acampamento Manoel Alves Ribeiro



Assim, o retorno ao antigo trabalho na agricultura torna-se uma esperança de melhores condições de vida, resultando na ocupação, em Palhoça, próximo à praia do Pontal, em direção ao Sul do Estado. Conforme Vendramini (2000, p.27), “lutar pela terra é lutar pelo trabalho, é lutar para inserir-se num processo produtivo que já excluiu uns e do qual outros nunca fizeram parte”.

4.4 O COTIDIANO

Embora se evidencie a precariedade da vida na favela, o acampamento não se diferencia muito neste aspecto, tendo em vista condições de infraestrutura extremamente precárias, alimentação irregular, doenças, falta de saneamento básico; o que o diferencia é a perspectiva coletiva de conquista da terra para o trabalho. “A precariedade do acampamento não é algo por que as pessoas têm que passar por isso, na verdade onde as pessoas moravam já conviviam com isso, também é precário sobreviver em favelas, na periferia” (Depoimento de João).

A rotina doméstica no acampamento não difere de uma rotina de serviços domésticos numa casa, no entanto em condições de precariedade, ausência de qualquer infra-estrutura básica. Arrumar as camas, lavar louças, varrer o chão, buscar água e fazer comida, fazem parte das atividades diárias das famílias.

A água utilizada era puxada de uma fonte por uma mangueira. A iluminação do acampamento era através de vela, o liquinho e o lampião. O fogão era à lenha ou então era uma chapa de ferro utilizada pelos acampados para cozinhar os alimentos e aquecer o ambiente.

Como em todo acampamento, a construção dos barracos de lona é realizada pelos próprios acampados, nesse aspecto não se diferencia das casas das famílias que são construídas por elas na favela.

As construções dos barracos acontecem por um processo de mutirão, uma vez que essas pessoas são desprovidas de qualquer recurso para pagar por esse serviço. Torna-se comum que os trabalhadores ou desempregados que são migrantes construam sua casa na cidade como faziam no campo.

Essa prática pode passar como um dado cultural simplesmente. É preciso lembrar, entretanto, que, longe de se ligar a uma cultura de subsistência (quando é o caso mesmo na zona rural) na cidade, essa massa é maciçamente assalariada e perfeitamente integrada numa economia urbana industrial capitalista. Se ela mantém algumas práticas de subsistência, construindo as casas, abrindo poços para se abastecer de água, abrindo fossas para o esgoto, é porque não lhe resta outra alternativa, já que ela não tem condições de comprar esses produtos ou pagar por esses serviços, seja pelo baixo poder aquisitivo dos salários, seja porque as políticas oficiais estatais tratam a infra-estrutura e equipamento urbano, coletivos ou não, como mercadorias a exemplo dos setores privados, ou quando não, e mais freqüentemente, combinadas a eles (MARICATO, 1982, p. 74).

Para manter a organização do espaço social no acampamento torna-se importante a experiência de vida de quem viveu no campo e possui noções de distribuição de alguns serviços fundamentais, como o sistema de saneamento dos barracos.

Na favela as pessoas viviam num espaço limitado, sem banheiro, sem água encanada, já era um problema social e ambiental gravíssimo. Então tem que ter toda uma organização do sistema de saneamento dos barracos, da distribuição da água, das privadas, do lixo doméstico. Tudo isso teve que ir reeducando as famílias para que elas aprendessem novamente a viver nessa comunidade organizada por elas. Para as pessoas mais velhas, esse trabalho foi mais tranquilo, o problema maior era com os jovens que não viveram este processo de viver na agricultura. (Depoimento de Danilo).

Com relação à organização interna do Acampamento, são criados os núcleos, as comissões e a coordenação. A coordenação é constituída por uma pessoa do MST destinada para essa função e também há uma pessoa para as comissões (Saúde, Educação, Alimentação, etc.). Os núcleos são coordenados pelos próprios acampados. Conforme Morissawa (2001, p. 200), “um acampamento, abrangendo um grupo tão grande de pessoas, necessita de organização. A primeira medida nesse sentido é a constituição de núcleos, com 10 a 30 famílias”. O autor acrescenta ainda as funções dos núcleos no acampamento:

Nesses núcleos organizam-se os principais serviços e tarefas: alimentação, saúde, lazer, etc. Cada função possui um responsável e equipes de serviços que se organizam regularmente para avaliar e planejar suas atividades. Há ainda um sistema de coordenação geral do acampamento, responsável por dar unidade ao trabalho das várias equipes, encaminhar e relacionar-se com a sociedade. Essa organização envolve: a Assembléia Geral do acampamento (órgão máximo de decisão, que se reúne periodicamente); os líderes de núcleos, que se reúnem também de tempos em tempos, encaminham o dia-a-dia do acampamento, mantêm os núcleos informados das negociações; e a coordenação do Acampamento, eleita pelos acampados (MORISSAWA, 2001, p. 200).

Outro dado que permite algumas reflexões a respeito do acampamento é a questão da solidariedade, elemento importante na convivência entre os sujeitos que fazem parte de uma ocupação, apesar do relato de uma liderança, em afirmar que o Movimento Urbano tem uma certa dificuldade em aglutinar as pessoas. Observa-se que em Florianópolis não tem-se uma organização coletiva urbana representativa, como o Movimento de Luta pela Moradia, que está presente em diversas cidades do país, como São Paulo e Porto Alegre.

Durante o período em que o Acampamento permaneceu nas margens da BR-101, contou com inúmeras ações de solidariedade de setores urbanos, como os sindicatos, movimento popular e de alguns centros acadêmicos da UFSC, como Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Ciências da Educação, Colégio de Aplicação, Centro de Ciências da Saúde e outros.

As doações foram desde alimentação, roupas, cobertores, material para construção das barracas e da escola, como também material didático, e outros objetos que foram possíveis de arrecadar.

Das famílias que viviam no Acampamento, um número muito pequeno de pessoas saíam para fazer algum tipo de trabalho temporário. Portanto, a alimentação era assegurada por meio de doações das entidades apoiadoras que desenvolveram campanha de sensibilização.

Também foram realizadas ações educativas e recreativas no Acampamento por estudantes e professores da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, através dos Centros Acadêmicos que estavam envolvidos no apoio ao Acampamento.

A solidariedade torna-se um elemento importante dentro do Acampamento. Para as famílias que vivenciam a experiência de não ter trabalho, não ter acesso à saúde, à moradia, compreender essa situação é perceber a dimensão do espaço social que está sendo construindo. Como relata Olga, *“o MST foi o primeiro movimento social de Santa Catarina que se interessou pelos marginalizados na favela, que na sua maioria são retirantes do campo”*.

Figura 04 – Favela onde residiam algumas famílias que participaram da constituição do Acampamento Manoel Alves Ribeiro



Fonte: Jornal A Notícia, 15/07/2005.

As experiências de cada um aliadas à perspectiva de melhores condições de vida, fazem com que essas famílias busquem através do MST uma alternativa de trabalho. Dessa forma, constituem um grupo coletivo que não aceita a condição de miséria a que estão

submetidas. Cria-se, assim, a possibilidade de uma consciência de que somente por meio de um movimento social organizado poderão transformar a realidade de miséria em que vivem.

É a partir das condições objetivas de vida que se criam possibilidades de formação de uma consciência de classe, através das experiências de vida, da luta política. Nos pensamentos e opiniões dos indivíduos, à medida que se aproximam e se identificam, nas experiências comuns e nas relações de produção em que estão inseridos, se encontram os elementos indicativos da consciência de classe (VENDRAMINI, 2000, p. 35).

À medida que as pessoas se inserem no Movimento, cria-se um espaço no acampamento para a socialização política dos indivíduos. Esse espaço constitui-se através das reuniões e assembléias para discutir assuntos relacionados ao acampamento. Assim, outras questões emergem, como a baixa escolaridade ou o analfabetismo. No Acampamento Manoel Alves Ribeiro, vislumbrou-se a possibilidade de desenvolver um trabalho de educação e alfabetização para os adultos. Essa necessidade também decorre dos jovens não terem uma atividade no Acampamento.

A maior parte das famílias não tem emprego, as pessoas de periferias vivem do subemprego e do trabalho informal. Muitos não sabem escrever. É o que acontece com famílias que moravam na roça. Quando criança tinha que ajudar a trabalhar em casa, nem estudou, aí vem para a cidade e não tem muita escolarização, fica complicado para arrumar emprego. Assim é a história de vida que levou a essa condição. (Depoimento de João).

A dificuldade apontada pela ausência da escolarização pode ser percebida pela necessidade que leva as pessoas a incluírem-se no processo escolar, diferenciando-se das propostas de inclusão criadas pelos órgãos públicos e particulares, como define Kuenzer (2002, p. 93) de “empurroterapia”, a qual não se identifica com a proposta do MST⁵⁶.

⁵⁶ As propostas de Educação do MST nos acampamentos e nos assentamentos possuem dois objetivos centrais. Desenvolver a consciência crítica dos alunos, com: conteúdo que leve à reflexão e à aquisição de uma visão de mundo ampliada e diferenciada do discurso oficial; transmissão da história e do significado da luta pela conquista da terra e da reforma agrária, de que resultou o assentamento. Desenvolver atividades que visem à capacidade técnica dos alunos para experiências de trabalho produtivo com: uso de técnicas alternativas que contribuam para o avanço coletivo; exercícios práticos nas áreas de conhecimentos necessárias ao desenvolvimento do assentamento: agricultura, administração, contabilidade, etc (MORISSAWA, 2001, p.241).

4.5 DISSOLVE-SE O ACAMPAMENTO

O Acampamento Manoel Alves Ribeiro destaca-se pela singularidade de constituir-se de desempregados urbanos. Organizado pelo MST, o acampamento permaneceu quatro meses no município de Palhoça. No final de novembro de 2002, dissolve-se o Acampamento e algumas famílias deslocam-se a um Acampamento localizado em Gaspar, no Norte do Estado.

Durante o tempo em que o Acampamento permaneceu em Palhoça, chegou a ter cerca de 120 famílias, porém no momento em que se dissolveu possuía 90 famílias, destas 30 foram para Gaspar.

Tanto o MST como os sindicatos que contribuíram na organização da ocupação, tinham como princípio que o Acampamento permaneceria na área provisoriamente. De acordo com relato de Pedro, *“o local definido como acampamento provisório se deu em decorrência primeiro para dar visibilidade e intenção em ter uma região próxima a Florianópolis para fazer parte da reforma agrária”*.

Outra questão discutida no Acampamento era o fato de que o local apresentava grande perigo, situado numa área de intenso movimento de veículos, agravado pelo número expressivo de crianças. Ainda que considerados estes elementos, avaliamos que outros fatores são responsáveis pela dispersão do Acampamento em Palhoça. O MST, ao deparar-se com situações adversas em lidar com as famílias que viviam na favela durante muito tempo, enfrentou dificuldades na organização do Acampamento.

Quando se faz um acampamento como foi da Palhoça, onde as pessoas estavam há mais de 10 anos nas comunidades, fica difícil a organização interna do acampamento, porque eles vêm com uma mística completamente diferente. Eles vêm com um pouco de deficiência, perderam uma boa parcela de conteúdos e das necessidades de organização. Na realidade eles não participam nem da própria igreja quando eles vêm para a cidade. Participam muito pouco de associação dos moradores, não tem perspectiva de organização. Então, essas são umas das dificuldades, as questões da participação e da organização são lentas. É uma organização na qual nos

outros acampamentos a gente tinha maior facilidade. E a partir desse acampamento, que foi completamente urbano, com a perspectiva da conquista da terra se tornou mais difícil a questão da organicidade interna do acampamento. (Depoimento de Bento).

A tentativa de unir trabalhadores rurais e urbanos, através da luta pela conquista da terra, se materializou na ocupação em Palhoça, quando diversos sindicatos, já citados, participaram desse acontecimento. No entanto, fazer trabalho de base nas periferias das cidades com trabalhadores urbanos se difere da forma de organizar trabalhadores rurais.

É muito diferente organizar um acampamento aqui do que organizar no Oeste do Estado. As pessoas terem origem no meio rural dá uma certa tranquilidade porque elas sabiam o que estavam fazendo no acampamento, sabiam o que estavam esperando, e o que o acampamento podia proporcionar a elas e garantir a dignidade de vida dessas famílias. (Depoimento de Danilo).

O MST constituiu sua trajetória de luta com trabalhadores rurais; na cidade essa experiência era totalmente nova, eram necessárias outras táticas para lidar com as pessoas; mas, no entanto, o Movimento conservou as mesmas. Nesse sentido, nas reuniões e assembleias que ocorriam no Acampamento, estava sempre presente uma pessoa que representava o movimento urbano para mediar as discussões. Danilo relata *“que a temática da cidade não é como a temática do meio rural, então tem que ser trabalhada por quem a domina”*.

O Acampamento apresenta dificuldades que dizem respeito à assimilação dos princípios do MST. Contudo, ainda assim, é o espaço social e político em que os sujeitos ocupam e participam das diversas reuniões e assembleias.

A própria rotina de um acampamento é exemplo de intensa formação dos acampados. O dia inicia-se com a reunião das comissões (Alimentação, Saúde, Educação, Higiene, Segurança, Produção e Finanças), seguida pela dos líderes dos núcleos. Cada líder reúne as famílias do núcleo que coordena, informando e discutindo as questões do acampamento, incluindo a distribuição de tarefas. Quando necessário, é convocada uma assembleia, com o toque do sino. Até mesmo as crianças aprendem desde cedo a organizar-se, montando suas próprias comissões (VENDRAMINI, 2000, p. 56).

Para as famílias que saíram das favelas, esse novo espaço social de convívio necessita ser trabalhado, pois reunir um grupo de pessoas cujas vidas não são regidas com princípios e regras, apresenta dificuldades e os diversos problemas suscitados significam uma experiência nova para o MST. Conforme José, *“muitas foram as dificuldades encontradas, a proximidade com os bairros, os próprios familiares dos acampados, muita influência negativa externa”*.

O acampamento representa um novo espaço social criado por sujeitos que buscam as perspectivas de melhores condições de vida. Em decorrência deste novo espaço, os vícios e hábitos que as pessoas adquiriram na favela são elementos que não podem ser incluídos nesse espaço. *“Os problemas relacionados com o álcool, que a gente conseguiu trabalhar bastante, e suas conseqüências paras as famílias”* (Depoimento de Pedro).

O Acampamento, durante a sua permanência na Palhoça, contou constantemente com uma liderança do MST com intuito de contribuir na coordenação do mesmo. Administrar uma nova situação, como é o caso deste Acampamento, exigiu diálogo constante e a colaboração de pessoas que possuíam experiências com os trabalhadores urbanos.

Diariamente a gente tentava fazer com que as pessoas entendessem a necessidade das divisões de tarefas, buscar a responsabilidade das famílias, ou com segurança, limpeza, ou com discussão no coletivo e buscar com que as pessoas dessem suas opiniões, isso foi muito interessante, porque as pessoas conseguem compreender que o governo não dá a importância necessária para que as pessoas retornassem para o campo (Depoimento de Pedro).

Nesse espaço social criado pelos acampados, as diferenças que emergem entre os sujeitos são esperadas. No trabalho de base que foi realizado com as famílias, nas favelas, algumas assimilaram as propostas do MST, já para outras, compreender a dimensão do significado da conquista por terra, pode ter sido mais difícil ou distante de sua experiência de vida mais concreta.

A influência que a proximidade da favela exercia dentro do Acampamento tornou-se mais um elemento que contribuiu para a dispersão do mesmo para o município de Gaspar. De

acordo com relato de Danilo, “o deslocamento do Acampamento acabou sendo mais uma estratégia do Movimento em preservar as famílias que efetivamente desejassem continuar pertencendo a um movimento social”.

Das famílias que acreditaram na luta pela conquista da terra e continuaram no Movimento, somente 15 famílias continuam assentadas. De acordo com José, “das famílias que acamparam algumas resistiram. E elas estão assentadas hoje em Araquari enquanto outras em Canoinhas, no norte do Estado”.

A experiência em organizar uma ocupação próxima a um centro urbano possibilitou algumas reflexões. A questão da união da classe trabalhadora, considerando que cada categoria tem suas próprias concepções e práticas, no trabalho em conjunto com o MST e as divergências suscitadas, fizeram parte do processo de amadurecimento dessa relação. No entanto, foi possível concretizar uma experiência entre alguns sindicatos e movimento urbano com o MST. Em comum estas entidades lutam pela reforma agrária e essa posição se materializou na ocupação nas margens da BR-101, em Palhoça.

Primeiramente tem-se a idéia de que lutar pela terra é temática do MST, contudo, vêm-se ampliando as ações de participação dos movimentos sociais em prol da reforma agrária. Apesar do MST e sindicatos urbanos apresentarem uma dissonância na forma de lidar com questões de organização entre os sujeitos, foi possível realizar a ocupação, ainda que internamente no Acampamento aparecessem as dificuldades de toda ordem. De acordo com o relato de Bento, “alguns sindicatos têm o compromisso, mas um compromisso político não é um compromisso de organização, não é um compromisso de fazer com que as coisas mudem, compromisso em ajudar na reforma agrária – esse compromisso é financeiro”.

Nesse sentido, podemos observar que o MST e os movimentos urbanos possuem dinâmicas diferentes, na forma de organização e táticas de mobilização. No Acampamento, o MST utilizou-se de suas táticas, que são fruto de suas experiências anteriores, enquanto

movimento de massa que é. Segundo Stedile (2000, p. 120), “acreditamos que, se massificamos a luta, a solução se torna mais rápida porque obriga o Estado também a ser rápido”. Em relação aos sindicatos, observa-se que esse possui uma prática em mobilizar suas categorias nos locais de trabalho, porém organizar massa de trabalhadores distintos e sem qualquer experiência de organização requer uma outra dinâmica que os sindicatos não dominam.

Com a organização do Acampamento Manoel Alves Ribeiro, foi possível fazer uma tentativa de trabalho conjunto entre sindicatos e MST. Conforme relato de Pedro, “durante todo o tempo do Acampamento, aqui na Palhoça ou em Gaspar, diariamente os sindicatos, dentre eles o nosso, acompanhavam as reuniões”.

Florianópolis foi palco de uma experiência que buscou unir trabalhadores rurais e urbanos, resultando em uma ocupação. Se anteriormente o MST ocupava áreas no interior do Estado, passa a ocupar um espaço praticamente às margens de uma capital do Estado. O significado dessa experiência também pode ser entendido como uma demanda que foi ao encontro do MST, enquanto movimento social capaz atualmente de organizar os excluídos, e como reflexo dos problemas sociais suscitados pelo modo de produção na sociedade capitalista cuja exclusão de trabalhadores do mercado de trabalho vem aumentando cada vez mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) Sonhar com os passarinhos cantando sobre as escolas. Sonhar com jogos de bola, com danças e cantorias. Sonhar com a alegria que se dá até de esmola.

Sonhar com muitos valores, com uma nova cultura e, também com a ternura e a generosidade. Com a solidariedade e na palma da mão aberta, cama, colchão e coberta e uma mesa com fartura.

Sonhar enfim com a vida, com respeito e igualdade. Sonhar com dignidade e um mundo não dividido, com um povo tão sabido que chega até ser medonho. Sonhar em fazer do sonho um grande acontecimento, onde os dedos se cruzando, segurem a delicadeza e, acaltem a pureza de quem sonha, mas lutando.

Estamos presenciando um momento extremamente crítico em nossa sociedade, cujo fenômeno do desemprego atinge índices crescentemente altos. Juntamente com o desemprego aumenta também o percentual de pessoas que vivem em condições de miséria⁵⁷. O crescente desemprego e as condições de miséria são fatores que podem ser responsáveis pela iniciativa de famílias que viviam nas favelas Brejarú, em Palhoça, e Frei Damião, em São José, a buscarem por meio de um movimento social a possibilidade de mudar a realidade em que viviam.

As famílias que vêm sofrendo diante da profunda desigualdade social que marca nosso país, por não ter trabalho, não ter moradia e acesso à educação e saúde, têm poucas alternativas de alterar sua situação. Para algumas, a saída é procurar reagir contra a situação

⁵⁷ Segundo Pochmann, de acordo com o Atlas de Exclusão, que compara os dados dos últimos 40 anos, a porcentagem de excluídos no Brasil na década de 1960 era de 49,3%, para uma população de 69,7 milhões de habitantes. Vinte anos depois, com 120 milhões de habitantes, o índice de excluídos caiu para 42,6%, para

de miséria em que se encontram. Pochmann (2004, p.29), define a exclusão social, “como não ter acesso a terra para produzir o necessário, não ter trabalho, não ter renda suficiente para atender às necessidades básicas e assim por diante”.

Essa realidade pode ser observada nas favelas de qualquer cidade do país, as características assemelham-se em todas elas. Dessa forma, os elementos como pobreza e desemprego influenciaram na organização do Acampamento Manoel Alves Ribeiro, no município de Palhoça, próximo de Florianópolis, em 2002.

Para o MST essa experiência foi inovadora e apresentou problemas de natureza diversas, a que o Movimento não estava acostumado a enfrentar na sua trajetória de luta e de prática na mobilização e organização dos trabalhadores rurais.

Em relação ao Acampamento estudado, observa-se que foi fruto de iniciativa de um grupo de pessoas que procurou o MST. Essa atitude revela o desejo de superar as condições de miséria e procurar viver de forma mais digna. O Movimento que tem a prática de ir até as comunidades para fazer trabalho de base foi surpreendido pela sua procura, no caso do Acampamento Manoel Alves Ribeiro .

Para tanto, foram necessárias articulações entre o MST e os sindicatos urbanos com as famílias das duas favelas que se juntaram ao Movimento, revelando uma nova experiência para todas as partes. Esse processo pode ser analisado como uma tentativa de união de trabalhadores rurais e urbanos.

Os desempregados que vivem no campo, considerados desenraizados e que estão à margem do processo produtivo, buscam reproduzir-se como seres humanos na sua plenitude e, como tal, procuram uma vida digna, pois na sua maioria vivem em condições sub-humanas.

A materialização do Acampamento Manoel Alves Ribeiro expressa que existem cinturões de pobreza na Grande Florianópolis, e que nos últimos anos, como vem acontecendo em outras cidades do país, essa situação tem tendência somente em aumentar.

Esta experiência por um lado desmistifica a imagem da cidade que possui melhor índice de qualidade de vida e, por outro, desencadeia um processo de discussão e de ações relacionadas ao aumento dos desempregados e às saídas coletivas para modificar essa realidade.

Esses seres humanos desenraizados, que o sistema capitalista considera como massa de descartáveis, começam a perceber que somente organizados coletivamente podem encontrar uma outra alternativa de sobrevivência numa sociedade em que não há trabalho para todos.

Neste contexto, o MST desponta como movimento social que está construindo um processo de organização de uma massa de desempregados enfrentando dificuldades na sua articulação e organização.

Com a experiência do Acampamento em Palhoça, o MST e os movimentos sociais urbanos, como os sindicatos, caminham para uma união de suas lutas diante do grave problema social do desemprego, ainda que com dissonâncias em relação às formas de organização dos trabalhadores e à luta que os agrega.

A esperança das famílias que foram para a ocupação é a possibilidade concreta da conquista de terra e o desejo em superar as condições de miséria em que viviam e também o subemprego, como a catação de lixo; além da violência a que estão expostas.

A violência nos dias atuais é um problema a que todos estão expostos, mas que atinge de maneira mais preocupante o jovem, principalmente aquele que ainda sofre os efeitos da

velha exclusão⁵⁸ e encontra-se na periferia das grandes cidades, achando-se pressionado, de um lado, pela falta de oportunidades do mercado de trabalho e, de outro, pelos apelos de uma sociedade monetizada e consumista. (POCHMANN, 2004, p. 51).

Diante da ausência de emprego, convivendo com a violência e não tendo acesso a serviços básicos, como saúde, saneamento básico, escola; enfim, sem qualquer perspectiva de alterar a realidade em que se encontram, algumas pessoas buscam outra saída de sobrevivência, na forma coletiva, elegendo o MST como canal de luta, pois de algum modo estas famílias estão procurando reproduzir a vida com mais dignidade.

Após a análise sobre o desemprego na sociedade capitalista e a organização de um acampamento do MST na cidade, surgem alguns questionamentos: O que as famílias que ingressam no MST buscam neste movimento? Já que 43,85% das pessoas que estão no MST já moraram na cidade, segundo pesquisa “Assentamentos do MST e Identidade Coletiva,” coordenada por Célia Regina Vendramini e Bernardete Wrublevski Aued. Será esse um desejo de voltar ao campo ou a falta de oportunidade nas cidades é o que os impede de permanecer no meio urbano?

No decorrer da pesquisa e por meio das entrevistas, de informações de pessoas que diretamente ou indiretamente estiveram envolvidas no processo de organização do Acampamento, concluímos que um dos fatores determinantes ou que impulsionaram as famílias a juntar-se ao MST, é a realidade que se apresenta no mundo atual, em que não há trabalho para todos, principalmente para a população que vive nas favelas.

Qual a capacidade do MST de organizar estes desamparados? Como organizá-los? Em torno de qual bandeira de luta? Na esperança de encontrar saída para situação de miséria em

⁵⁸ Pochmann define como velha exclusão social a forma de marginalização dos frutos do crescimento econômico e da cidadania, expressa pelos baixos níveis de renda e escolaridade, incidindo mais freqüentemente sobre os migrantes, analfabetos, mulheres, famílias numerosas e a população negra (2004, p. 43).

que vive uma grande massa de desamparados, vislumbram no MST a expectativa de concretizar um sonho, o trabalho, através da conquista da terra.

O MST tornou-se um movimento social mais expressivo e organizado na sociedade, o que faz desse movimento um referencial em termos de mobilização e organização. Assim, as pessoas que necessitam transformar a realidade de miséria e violência a que estão expostas na favela, unem-se ao Movimento na expectativa de uma vida digna.

Qual a perspectiva apontada pelo MST de saída para tal situação?

Assim, para algumas das questões levantadas, não temos respostas imediatas, estas dependem do movimento histórico e da capacidade dos sujeitos organizarem-se coletivamente e efetivamente buscarem saídas para a atual situação de desemprego, miséria e violência. Além disso, algumas questões nos remetem a outros estudos e pesquisas para identificar quem são estes sujeitos que estão no MST atualmente: de onde vêm e o que buscam. São questões complexas, mas fundamentais para compreendermos um pouco mais o movimento de uma organização social tão importante para os trabalhadores como é o MST.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; 1999.

AUED, Bernardete Wrublevski; PAULILO, Maria Ignez Silveira (org). **Agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 2 ed. Florianópolis/SC: Editora da UFSC, 1995.

ALVES, Suzy de Castro. **As experiências Educativas das crianças no Acampamento Índio Galdino do MST**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis/SC, 2001.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador/BA: Memorial das Letras, 1999.

BORCHARDT, Ilmar. **Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome**. Florianópolis: SDS/Instituto Cepa/SC, 2003.

CALAZANS, Maria Julieta Costa; GARCIA, Walter Esteves. **Planejamento e educação no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1993.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que do que escola**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul/ IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Brasília/DF: IPEA, 2000.

DOMINGOS, Michelle Sucupira. **Evolução Sócio-Econômica do Município de São José/SC**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis/SC, 2002.

DIEESE. **A situação do Trabalho no Brasil**. São Paulo/SP: Dieese, 2001.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo/SP: Cortez, 2001.

FERREIRA, Adélia Doraci de Oliveira. **A Batalha pela Sobrevivência no mundo do Trabalho**: Trajetórias ocupacionais Egressos no Ensino Fundamental. Dissertação de Mestrado. Florianópolis/SC, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do estado**. 7a ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 1981.

HERRMANN, Maria Lúcia de Paula. **Problemas Geoambientais na Faixa Central do Litoral Catarinense**. Tese de Doutorado. São Paulo/SP, 1999.

HENRIQUE, Renata Catarina. **Moradia e Marginalidade Urbana na Grande Florianópolis**: o caso dos moradores ao longo da BR - 101 e da BR-282. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis/SC: UFSC, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789- 1848**. 16ª edição. São Paulo/SP: Paz e Terra, 2002.

JUNIOR, Caio Prado. **A questão agrária no Brasil**. 2ª edição. São Paulo/SP: Brasiliense, 1979.

LEITE, S. (et.all). **Impactos dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília/DF: IICA/ NEAD; São Paulo/SP: Editora da UNESP, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Capitalismo, Trabalho e educação**. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

MARICATO, Ermínia (org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ª edição. São Paulo/SP: Alfa-Omega, 1982.

MARCON, Telmo. **Acampamento Natalino**: história da luta pela reforma agrária. Passo Fundo/RS: Editora da UPF, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Cap. I, V e XIII. São Paulo/SP: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1998.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

_____. **A Reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Expropriação e violência**. São Paulo/SP: Hucitec, 1991.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MORETTO, Nivaldo Roberto. **A Formação Sindical-profissional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Desemprego e a Configuração Atual do Mercado Capitalista.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis; 2004.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado.** 1ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no Campo.** 9ª edição. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita.** Rio de Janeiro/RJ: Edições Graal, 1989.

_____. **A economia brasileira: crítica a razão dualista.** Petrópolis/RJ: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1981.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil.** volume 2. São Paulo: Cortez: 2004.

PRATES, Arlene Maria Maykot; MANZOLLI, Judite Irene. **Geografia física de Santa Catarina.** Florianópolis/SC: Lunardelli, 1989.

RIBEIRO, Manoel Alves. **Manoel Alves Ribeiro: 1903-1994 - Caminho.** 2ª edição. Florianópolis/SC: Garapuvu, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** 7ª edição. São Paulo/SP: Contexto, 1997.

SAITO, Silvia. **Estudo analítico da suscetibilidade a escorregamentos e quedas de blocos no maciço central de Florianópolis - SC.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis/SC, 2004.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e campesinato: uma educação para o homem do meio rural.** São Paulo: Loyola, 1983.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editores, 1982.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro/RJ: Bertrand, 2003.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo/SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1987. Volume I e II.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação**: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí/RS: Editora da Unijuí, 2000.

VALLADARES, Lucia do Prado; MEDEIROS, Lidia. **Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000**: uma bibliografia analítica. Rio de Janeiro/RJ: FAPERJ: URBANDATA, 2003.

Sites consultados:

Disponível em: <[http:// www.dataluta.org](http://www.dataluta.org)>

Disponível em: <[http:// www.mst.org](http://www.mst.org)>

Disponível em: <http://www.cpt.org>

Disponível em: <<http://www.palhoça.sc.gov.br>>

Disponível em: <<http://www.desigualdade.inf.br>>

Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>